

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 02/2016

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.ª Secretária:** - *Maria Eduarda Freitas Ferreira Neiva Rosa*
- Hora de Abertura:** - **14.30 Horas**
- Ata da 1.ª Sessão
26 de fevereiro de 2016** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Outras presenças:**
- **A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente António José Pires Almor Branco e pelos Senhores Vereadores:**
 - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *Carlos Fernando Avelens Freitas*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
 - *João Maria Casado Figueiredo*

O Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Registo de Faltas.

José Baltazar Gomes Aguiar, Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, David Martins Garrido, Fernando Manuel Gomes Alves, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Marisa Raquel Monteiro Alves, Sílvio Santos, José dos Santos Sousa e António André Batista Geraldo.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *José Baltazar Gomes Aguiar*: Sessão de 25 de abril de 2016.
- *Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa*: Sessão de 25 de abril de 2016.
- *David Martins Garrido*: Sessão de 25 de abril de 2016.
- *Fernando Manuel Gomes Alves*: Sessão de 25 de abril de 2016.
- *Edgar Alberto Pires*: Sessão de 25 de abril de 2016.
- *José dos Santos Sousa*: Sessão de 25 de abril de 2016.
- *António André Batista Geraldo*: Sessão de 25 de abril de 2016.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Senhores Deputados, parece que já temos quórum e então estamos em condições de iniciar esta sessão da Assembleia Municipal. Compete-me cumprimentar de novo, uma vez que já estivemos hoje de manhã no Salão Nobre do Município, cumprimentar o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Público e alguém da Comunicação Social, que por ventura esteja a assistir.

Desejar a todos uma boa reunião, que seja serena como tem sido até aqui e eficaz.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, *Humberto António Cordeiro* disse:

Boa tarde a todos.

Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações e, por sua vez, feitas as substituições dos seguintes Deputados Municipais:

- *Fernando Manuel Gomes Alves*, Deputado efetivo (PSD), é substituído pela Senhora *Maria da Piedade Trigo* (PSD).
- *Nuno Manuel Macedo Pinto Sousa*, Deputado efetivo (PSD), é substituído pela Senhora *Sandra Maria Fernandes Grilo* (CDS/PP).
- *José dos Santos Sousa*, Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela (PSD), é substituído pela Senhora Secretária da Junta de Freguesia de Fradizela, *Ana Lúcia Miranda de Almeida Pimpão* (PSD).
- *Marisa de Fátima Seixas Aranda*. Falta injustificada.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

1 - Justificar as faltas mencionadas:

2 – Injustificar as faltas de *Marisa de Fátima Seixas Aranda e Marisa Raquel Monteiro Alves*, dado não ter comparecido e não ter apresentado qualquer justificação, conforme determina o n.º 4 do artigo n.º 43 do Regimento da Assembleia Municipal;

3 – Notificar as Senhoras Deputadas *Marisa de Fátima Seixas Aranda e Marisa Raquel Monteiro Alves*, teor desta deliberação;

4 – Notificar o Representante do Ministério Público, nos termos do n.º 1 alínea i) do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Em relação ao expediente recebido de assuntos mais relevantes foi o seguinte:

- Da Câmara Municipal de Bragança, Gabinete do Presidente - Tomada de posição sobre o aumento do imposto sobre Produtos Petrolíferos e o impacto nos territórios de baixa densidade.

- Da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela - Convite ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para integrar o Pálio na Procissão do Encontro no dia 13 de março.

- Da CLIMAC-Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central “O Poder Local Democrático e a Constituição da República” “Conferência dia 30 de maio.”

- Câmara Municipal de Bragança - Tomada de Posição sobre Portagens no Túnel do Marão.

- Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Bragança - Convite para as comemorações do 25 de Abril de 2016.

Expediente expedido mais relevante:

- Membros da Comissão Permanente da AM de Mirandela - Convocatória – Reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela a realizar no dia 11 de março.

- Presidente do Conselho de Administração da AIN - Visita às Instalações da AIN, no dia 11 de março.

- Membros da Assembleia Municipal de Mirandela - Convocatória – 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de abril de 2016.

- Junta de Freguesia de Abambres - Envio de Certidão com Voto de Solidariedade à Junta de Freguesia de Abambres.

- Comandante da Guarda - Envio de Certidão com Voto de Solidariedade à Guarda.

Quanto a informações é tudo.

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 1ª Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2016.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Vamos ao nosso primeiro ponto, que trata da Ata, a Mesa se não regista nenhum pedido de informação ou de comentário, sobre a Ata que todos receberam, então passamos a votar a Ata.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a ata da 1.ª Sessão Ordinária de 26 de fevereiro de 2016.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Primeiro Período de Intervenção do Público.

Está alguém do público? Faça o favor de usar da palavra, neste período que o Regulamento prevê, temos muito gosto em ouvi-la.

Poderá identificar-se e usar da palavra está a utilizar o seu tempo de Município

----- **A Senhora Múncipe *Maria José Martins Miranda* disse:**

Maria José Martins Miranda, Professora da Escola Secundária de Mirandela, colega do meu querido *José António Costa Ferreira*, Dirigente Sindical dos Sindicato dos Professores do Norte e apenas quero demonstrar um louvor enorme e um privilégio que tenho de usufruir do Dicionário da História de Portugal, que ele também contribuiu.

Tão somente, temos o privilégio de ter este Senhor em Mirandela que agora está no Porto, por acaso, mas privei com ele quatro anos apenas.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Identifica-se connosco, muito bem.

Antes da Ordem do Dia

3- Período de Antes da Ordem do Dia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Vamos continuar no Ponto 3, Período de Antes da Ordem do Dia.

Eu pedia o favor dos Senhores Deputados que queiram fazer a inscrição, o favor de levantarem o braço.

Há 13 inscrições, o que confere a cada intervenção, seis minutos.

Antes de dar a palavra ao primeiro inscrito, que é o Senhor Deputado *José António Ferreira*, vou responder a um pedido de informação do Senhor Deputado *Faustino Cunha*, sobre aquele documento do Tribunal de Contas.

Eu pedi algum esclarecimento sobre o mesmo documento, não registei que eu tivesse colocado nele nenhum despacho e teve o tratamento que têm todos os documentos que aqui a Mesa dá informação.

Trata-se de uma sentença do Tribunal de Contas, que foi veiculada pelos órgãos de informação nacionais, eu próprio tive oportunidade de o ler, foi aqui transmitido à Assembleia e naturalmente que seguiu o curso que seguem todos os documentos.

Senhor Deputado, em relação às palavras amáveis que dirigiu, que agradeço de novo, não houve da minha parte qualquer intenção, nem imperiosa, nem qualquer mecanismo imperativo, para que ele fosse arquivado.

Não sei se esta minha explicação lhe é suficiente, mas se não for, fará o favor de utilizar a palavra agora mesmo.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, muito obrigado, meus Senhores muito boa tarde.

Estou esclarecido, foi feito o esclarecimento, é evidente que eu não conheço na minha vida administrativa, um limbo como este documento teve, porque os documentos quando entram num organismo, ou são arquivados ou ficam para ter procedimento. Este nem ficou arquivado nem teve procedimento, portanto não sei o que é que lhe aconteceu, porque se ficasse arquivado estava arquivado, se por acaso tivesse procedimento vinha à Assembleia Municipal e não veio.

De qualquer maneira, registo em nome de toda a Assembleia Municipal e lamento.

É um lamento, na medida em que, um documento do Tribunal de Contas, que é enviado para uma Assembleia Municipal, citando que uma das suas participadas, onde o Executivo tem um Administrador, não entregou as contas de 2014 e que foi ao ponto de ser penalizado pecuniariamente por esse facto e a Assembleia Municipal que tem uma palavra sobre as participadas, a sua gestão, etc., não tem direito se quer a saber isto. Fica registado, muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Eu entendo que sobre este episódio, a Mesa fez o que tinha a fazer.

É uma sentença de um Tribunal, que é veiculada pelos jornais do país, é uma sentença que é transmitida para esta Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia Municipal dá conhecimento durante uma sessão, compete aos Senhores Membros desta Assembleia, acionar os mecanismos que muito bem entenderem, em relação ao conteúdo e ao propósito dessa sentença. A Mesa não tem que acionar nenhum mecanismo, não tem que incentivar nem tem que passar ao lado.

Deu conhecimento, nenhum dos seus Membros tomou qualquer atitude sobre o ponto de vista regimental e portanto o documento seguiu aquele que é o procedimento habitual.

Nós, raras vezes, na documentação que nos chega, pomos a palavra “arquite-se” ou “mande-se arquivar”. Os documentos chegam, dá-se conhecimento e são arquivados sem qualquer rubrica para esse propósito.

Eu julgo que isto está esclarecido, de qualquer modo, a Assembleia estará sempre a tempo para acionar o mecanismo que entender, sobre este episódio ou sobre outro qualquer.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:**

Inscreveram-se os seguintes Senhores Deputados:

Dinis Veiga, José António Ferreira, Odete Ferreira, Faustino Cunha, Rui Sá e António Figueiredo.

----- **O Senhor Deputado Municipal *José António Costa Ferreira* (PS) disse:**

Muito boa tarde Senhor Presidente e Senhores Deputados, Cara Assembleia, vou apresentar uma Moção na qualidade de Relator, mas Moção essa que recebeu o acolhimento e a aprovação de todos os Grupos Municipais representados na Comissão Permanente da Assembleia Municipal e que diz respeito à falta de especialistas em Endocrinologia no Nordeste Transmontano.

“MOÇÃO

Falta de Especialistas em Endocrinologia

No Nordeste Transmontano

A Unidade Local de Saúde do Nordeste é constituída por **3 Hospitais** - Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros – e **14 Centros de Saúde**.

Esta constitui a rede que assegura os cuidados de saúde, do Serviço Nacional de Saúde, às populações residentes no distrito de Bragança.

O distrito de Bragança apresenta, hoje, uma população residente na casa dos **135.000 mil habitantes**.

Quanto ao Perfil de Saúde da população abrangida pela Unidade Local de Saúde do Nordeste, constata-se que a **segunda principal causa de morbilidade é a Diabetes**.

No entanto, a Unidade Local de Saúde do Nordeste **não dispõe de qualquer médico endocrinologista ao seu serviço**, sendo a sua ausência colmatada por médicos de outras especialidades, mormente médicos de medicina geral e familiar.

Seguindo o padrão nacional de que a diabetes afeta 12 % da sua população, **no distrito de Bragança os doentes que sofrerão desta patologia ultrapassam as 16.000 pessoas**.

Assim, tendo em conta que a sua população envelhecida é numerosa e sendo a diabetes uma das principais causas de morbilidade, **o distrito de Bragança apresenta uma grave lacuna na assistência na doença aos seus habitantes**.

Os médicos existentes a prestar serviço na área abrangida por esta unidade local de saúde, **não são manifestamente os profissionais mais indicados para responder às necessidades da população atingida pela diabetes**, a que acresce uma série de outras patologias, bem como as resultantes da demora do seu tratamento especializado e atempado.

Com o atual quadro de profissionais ao seu serviço, tendo ainda em conta as circunstâncias geográficas, não é possível à Unidade Local de Saúde do Nordeste dar resposta às **necessidades de saúde dos aqui residentes que sofrem de diabetes**.

Perante a grave lacuna e acentuada carência nesta área da saúde, que atinge a população do distrito de Bragança, a **Assembleia Municipal de Mirandela, reunida hoje, delibera:**

- Solicitar ao Sr. Ministro da Saúde **atenção prioritária e incisiva sobre este problema;**

- Exigir que o Sr. Ministro da Saúde **tome medidas urgentes, providenciando a vinda de médicos especialistas em Endocrinologia para o distrito de Bragança.**

Esta moção deverá ser enviada para:

- Senhor Presidente da Republica;
- Senhor Primeiro-Ministro;
- Senhor Ministro da Saúde;
- Senhor Presidente da Assembleia da Republica;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da Republica;
- Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte;
- Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste;
- Ordem dos Médicos;
- Colégio da Especialidade de Endocrinologia;
- Assembleias Municipais do Distrito de Bragança.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Tratando-se de uma Moção que envolve todos os Grupos Municipais e não se prevendo que haja mais moções durante este Período de Antes da Ordem do Dia e antes de pôr à votação, eu perguntava se algum dos Senhores Deputados precisa de fazer algum pedido de explicação, ou algum comentário.

Não havendo, passamos já à votação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade:

- 1 – Solicitar ao Senhor Ministro da Saúde atenção prioritária e incisiva sobre este problema;**
- 2 – Exigir que o Senhor Ministro da Saúde tome medidas urgentes, providenciando a vinda de médicos especialistas em Endocrinologia para o distrito de Bragança.**

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhoras e Senhores aqui presentes, muito boa tarde a todos.

“Reflexão sobre o 25 de abril de 1974

Hoje, é mais um dia para não deixar cair no esquecimento esta data, que foi para Portugal um marco muito significativo na construção da democracia, da cidadania e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Com a revolução de 25 de abril de 1974 e ao longo destes 42 anos, Portugal teve muitas conquistas, tendo registado uma enorme evolução em diversas áreas, sendo que ao nível da Saúde, foi a mais significativa.

Com a criação do Serviço Nacional de Saúde, que permitiu reduzir a mortalidade infantil de próximo dos 39%, para cerca de 3%, aumentar significativamente a esperança de vida e o acesso a todos aos cuidados médicos, para além de melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho dos profissionais de saúde.

Ao nível da educação, que embora haja muito a fazer ainda neste campo, permitiu reduzir a taxa de analfabetismo de cerca 25% para 5%, apesar de sermos ainda o único país da União Europeia com taxas de analfabetismo. Houve também uma redução significativa do abandono escolar, que apesar de ainda estarmos em níveis preocupantes e os piores ao nível da União Europeia, também reduziu significativamente o trabalho infantil.

Os trabalhadores passaram a ter mais direitos, para além de muitas outras conquistas, nomeadamente ao nível da igualdade entre homens e mulheres, em termos de direitos.

Temos mais acesso à informação, melhorámos em termos de segurança, as vias de comunicação e, principalmente, a liberdade.

Hoje, vivemos em Portugal um momento político que é o resultado de mais uma conquista que abril nos trouxe - a democracia parlamentar, que por muito que a alguns tenha custado em reconhecer e aceitar essa conquista.

A democracia trouxe também mais transparência aos serviços públicos. Apesar de recebermos tantas notícias de situações de corrupção envolvendo figuras públicas importantes, o que é de lamentar, mas este é também um sinal de que a democracia está a funcionar, pois se não houvesse liberdade de acesso à informação sem censura, muitos casos não chegariam a público e nem ao nosso conhecimento.

Por isso, quero hoje aqui expressar a minha admiração e homenagem a todos aqueles que se aventuraram nesta revolução, pelo altruísmo, coragem, determinação, pela imaginação, sonho e iniciativa, que trouxe a Portugal mais esperança, dignidade e confiança. Bem-hajam!

É certo que também vivemos hoje diversos riscos e desafios, sendo a globalização e os mercados financeiros, aqueles que mais ameaçam a soberania dos estados, através de uma nova ditadura, a financeira, com a agravante de que a nossa democracia ainda é jovem, mas que se implementou pese embora o muito que ainda tem que caminhar e os condicionalismos que já referi. Mas o caminho faz-se caminhando.

Precisamos, por isso, de estar cada vez mais atentos e continuarmos a sonhar, a imaginar e a lutar pelo restabelecimento da democracia e por um mundo melhor.

E a propósito gostava de citar um poema de Bud Hall, que traduz o direito de imaginar, é sobre Aprender a Imaginar, que é um direito e um dever que todos nós temos.

“Imaginar um contexto em que cada um de nós é respeitado por aquilo que é;

Imaginar uma vida de suficiência e de saúde;

Imaginar que todas as nossas crianças poderão viver sem sofrer abusos;

Imaginar que a violência ou o medo da violência nas vidas de todas as mulheres e crianças poderão diminuir;

Imaginar que a raça virá a ser um código para a criatividade e um contributo em vez de um filtro de exclusões;

Imaginar relações de harmonia e de ritmo com a terra;

Imaginar que as diferentes capacidades poderão ser celebradas pelas dádivas que possibilitam;

Imaginar que temos a capacidade de falar.

Contudo, para sermos capazes de avançar, segurando com firmeza, o direito de imaginar e nele ganhando raiz, precisamos de aceitar algumas noções muito básicas e simples:

Que as coisas não estão bem da forma como estão;

Que temos a capacidade de transformar as nossas vidas;

Que a máquina económica global está a matar seres humanos, todas as outras formas de vida e põe em risco a sobrevivência do planeta;

Que a maneira como pensamos constrói a nossa vida;

Que as nossas vidas, incluindo a nossa raça, género, orientação sexual, aptidões, idade, classe e relações com a Terra, constroem os modos como nós pensamos;

Que as sementes de um mundo transformado existem dentro das nossas comunidades, das nossas escolas, dos nossos movimentos sociais, dos nossos espaços de resistência e até dentro de quem ouve ou lê este poema.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Público aqui presente.

“A Alheira de Mirandela, ganha estatuto de produto IGP;

A produção da Alheira de Mirandela está circunscrita apenas e só, ao concelho de Mirandela;

Esta classificação da Alheira de Mirandela IGP, surge na sequência do parecer favorável da Comissão Europeia, pelo Despacho 9012/ 2013 de 10 de julho, que lhe conferiu Estatuto Provisório, que viu confirmado pelo Governo português, pelo despacho do senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Gomes da Silva, publicado a 3 de julho em Diário da República.

Assim, a União Europeia (EU) reconheceu que a alheira de Mirandela apresenta características que dependem exclusiva do meio geográfico, dos seus fatores naturais e humanos do concelho de Mirandela.

Segundo a UE, a Alheira de Mirandela distingue-se pelo seu aroma e paladar levemente fumado, pelo seu sabor a alho e a azeite picante e frutado do azeite utilizado (azeite de Trás-os-Montes DOP ou outro com características análogas), e pela textura heterogénea da massa onde são bem visíveis os pedaços de carne.

Esta massa apresenta-se fina e grumosa devido à incorporação do pão regional de trigo, amassado e cozido especificamente para as Alheiras de Mirandela.

Também os condimentos utilizados e o tempo de fumagem e maturação conferem a cor, o sabor e o aroma característicos da Alheira de Mirandela que a tornam distinta, das demais.

A Alheira de Mirandela distingue-se ainda pelo facto de a preparação da massa incorporar a calda de cozedura, muito aromática, das carcaças inteiras da galinha e do porco (exceto as vísceras), e não apenas algumas zonas específicas, e por utilizar exclusivamente tripa natural salgada de vaca para o enchimento.

A calda é utilizada para embeber o pão regional de trigo, obtendo-se assim uma massa húmida, com sabor e aroma acentuados.

É utilizada para a produção da Alheira de Mirandela, toda a carcaça da carne de porco desde que de raça Bísara em linha pura ou resultante do seu cruzamento com as raças Landrace, Large white, Duroc e Pietrain (desde que 50% de raça bísara).

A carne de galinha é utilizada para enriquecer a calda, e posteriormente incorporada na massa da Alheira de Mirandela, podendo também usar-se carnes de pato, perdiz, coelho, lebre ou faisão. A partir de agora, com estas características é, e só poder ser – Alheira de Mirandela.

A obtenção desta classificação a favor da Alheira de Mirandela, era há muito pretendida pelos produtores do sector, tanto que, este processo foi iniciado no ano de 1996, no qual é atribuído um registo provisório de Especialidade Tradicional Garantida (ETG), que não fazia referência a uma origem e que podia ser produzida em qualquer parte do país, desde que estivesse de acordo com o caderno de especificações.

Um novo processo foi iniciado, em 2002, pela Associação Comercial e Industrial de Mirandela, entidade gestora da Alheira de Mirandela que terminou agora, a título definitivo, com atribuição da classificação à Alheira de Mirandela como – produto de fumeiro de denominação Identificação Geográfica Protegida (IGP).

O processo de globalização é, a forma como os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias. A quebra de fronteiras gerou realizar transações financeiras e expandir os negócios que - até então restrito, daí que as populações a título de mais e melhor consumo, os concelhos e as regiões, numa estratégia de marketing neste caso, territorial, estudam e procuram o que verdadeiramente fazem bem, fazem à muito tempo bem e diferente e, com história, assim o venderem.

Neste sentido, o produto – Alheira de Mirandela, produto IGP, cria regras e novos desafios.

Para os produtores do concelho, estamos certos que constituirá uma oportunidade de negócio para o setor, tanto mais que, e tendo em conta o perfil dos consumidores atuais, os produtos de classificação – DOP e IGP são os que revelam mercados de referência mais atrativos, do ponto de vista do negócio e do consumo.

Quer as fábricas de pequena e média dimensão, quer as cozinhas regionais, sendo já algumas no nosso concelho, já tinham a responsabilidade de apresentar um produto com qualidade, mas agora, acresce a responsabilidade de apresentar ao consumidor final um produto de excelência, e de afirmar de uma vez por todas que só existe uma alheira, que é a Alheira de Mirandela certificada – Alheira IGP, não outro tipo, porque essa cumpre os requisitos de alheira de Mirandela IGP, contribui só para confundir as opções do consumidor.

A responsabilidade atribuída ao setor passa também, para que o número de empresas a certificar a alheira se torne em maior número, ainda que este ato seja voluntário por parte do empresário e represente mais custos para a empresa e nem sempre refletindo no aumento de negócio, mas vai no sentido da valorização e na defesa do próprio produto;

Esta responsabilidade que seja também uma oportunidade de negócio, na procura de novos mercados, sobretudo o mercado da internacional.

Sobre as regras, deseja-se que por parte da tutela, que esta regule a obrigatoriedade do cumprimento deste decreto-lei, eliminado assim, o uso abusivo da marca, por parte daqueles que não produzem alheira IGP.

Caros membros da Assembleia Municipal de Mirandela, a bancada do PSD, enaltece o trabalho e todo esforço realizado pela ACIM (Entidade Gestora Alheira de Mirandela) e à Câmara Municipal de Mirandela, que em todo este processo, que culminou da melhor forma, obtendo a classificação pretendida do produto, e dizer que este produto de fumeiro não podia estar em melhores mãos, aquele produto criado pelos judeus, mascarado, para escaparem às malhas da inquisição.

Como a sua religião os impedia de comerem carne de porco, eram facilmente identificáveis pelos seus perseguidores pelo fato de não fazerem nem fumarem os habituais enchidos de porco.

Assim substituíam a carne de porco, por uma imensa variedade de carnes, envolvida por uma massa de pão que lhe conferia consistência, só que a receita viria a popularizar-se entre os cristãos, que lhe juntavam carne de porco (bisara), que passado este tempo, com a arte, o engenho e o labor de anos das nossas gentes, é conhecida pelos nossos contemporâneos por - ALHEIRA DE MIRANDELA, IGP.

Bem-haja a todos. Em dia de 25 de abril, viva a Alheira de Mirandela.”

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Excelentíssima Vereação, Senhores Membros da Assembleia Municipal, muito obrigado.

Caros amigos, é muito simples, é muito rápido, é apenas para vos deixar um desabafo.

É que hoje senti-me regressado ao ido ano de 1975, em que numa qualquer unidade coletiva de produção, se convidavam aderentes a ir por exemplo a uma campanha da apanha do tomate, matava-se um ou dois cabritos, dava-se almoço à malta toda e no fim tirávamos umas fotografias a apanhar tomates e a pô-los nas caixas.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas Rui Sá (PSD) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Caros Convidados, Senhoras e Senhores, Caros Cidadãos.

“Comemora-se hoje o 42.º ano, em que Portugal se reencontrou consigo mesmo e com o mundo.

A Revolução de abril de 1974 devolveu aos portugueses a dignidade de viverem num país livre que lhes permitiu escolher o seu próprio destino e escrever o futuro da sua terra.

Escolher ser livre, parecem palavras simples no nosso vocabulário, mas impensáveis nos tempos amordaçados, da ditadura de há 42 anos. Mas de um dia para o outro puderam ser ditas em gritos de felicidade irrompendo subitamente das trevas e do silêncio.

De repente estávamos cara a cara com um país que esperava de todos nós escolhas e sem que outros pudessem decidir por nós. Nós escolhemos a democracia.

Ironia do destino ou não, no dia em que se comemora a liberdade, aqui estou para falar do primeiro Orçamento Participativo de Mirandela.

À semelhança dos valores de abril, também este Município decidiu dar a palavra e a liberdade ao povo, para que possa de forma livre e espontânea apresentar os projetos que gostaria de ver executados com financiamento do orçamento participativo de Mirandela.

Mas também este participativo, à semelhança de outros, encontra a sua génese nos valores de abril e nos valores da democracia participativa, plasmados no art.º 2.º da Constituição da República Portuguesa.

O Orçamento Participativo de Mirandela, visa contribuir para o exercício de uma intervenção informada, ativa e responsável dos cidadãos, nos processos de governação local, garantindo a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, na decisão sobre a afetação de recursos às políticas públicas municipais.

Visa o incentivo ao diálogo entre os eleitos; visa colaborar para educação cívica; visa adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas; visa ainda, aumentar a transparência da atividade da autarquia.

Como sabemos, o Orçamento Participativo é um processo de carácter consultivo e deliberativo, através da instituição progressiva de mecanismos de codecisão.

Na dimensão deliberativa, os cidadãos puderam apresentar e priorizar através de votação, propostas de investimento a serem integradas no Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Mirandela, previu para o Orçamento Participativo do ano o ano de 2016, a verba global de 150.000 €, dividido em três projetos: OP (Orçamento Participativo) da Juventude; OP Urbano e OP Rural.

O Orçamento Participativo de Mirandela já ultrapassou uma série de etapas devidamente calendarizadas, faltando apenas a apresentação pública de resultados e a inclusão nas GOP (Grandes Opções do Plano) e PPI e Orçamento de abril de 2016.

E a fase porque todos esperamos é a execução de investimentos, essa prevista para fevereiro de 2017.

Interessa pois dar especial enfoque, porque é sui generis à participação popular.

Foram registadas 948 participantes, foram apresentadas 34 propostas e foram levadas a votação 21 propostas.

Terminando o prazo de votação no pretérito dia 31 de março de 2016, em todas as modalidades já são conhecidas as propostas vencedoras sujeitas a escrutínio do público, nas respetivas modalidades e obteve-se o seguinte resultado:

De um total de 747 votantes, registaram-se 566 votos no Orçamento Participativo Urbano, Património Histórico, informado para valorizar; 1.190 votos na OP Rural, aquisição de ambulância de socorro para os Bombeiros Voluntários da Torre de Dona Chama, 403 votos na OP de Juventude, parque gerações.

Em jeito de balanço, tendo em consideração que é o primeiro Orçamento Participativo, verificou-se um número muito digno de propostas apresentadas e que chegaram a votação, bem como a votação propriamente dita

Foi um notável envolvimento da população, nomeadamente um elevado número de votantes na OP Rural, que obteve mais do dobro de votantes e a segunda proposta mais votada.

Senhor presidente, Senhores Deputados, é pois, entre outras, mais uma aposta ganha do Município de Mirandela e esta com um alcance especial, porque visa a aproximação dos cidadãos à atividade autárquica.

Viva o 25 de abril, viva a liberdade, viva o poder local, viva Mirandela.”

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela José Eduardo Almeida (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, apenas três apontamentos, colocados na Assembleia de Freguesia de Mirandela e que eu achei por bem também colocar nesta Assembleia, para que fique aqui registado.

Dizer-vos que é com grande regozijo que vejo mais um aluno da Escola Secundária de Mirandela a ser premiado com mais uma medalha de bronze, na final nacional da 34.ª Olimpíadas Portuguesas de Matemática, destinada aos alunos que frequentam o 10º, 11º e 12º Anos de Escolaridade. Parabéns ao *João Francisco Paulo Morais*, aluno do 10º Ano - A do Curso de Ciências e Tecnologias da Escola Secundária de Mirandela, assim como todos os atores que continuam a trabalhar para que estes resultados continuem a verificar-se nesta escola.

Aqui nestes atores, com toda a certeza me refiro também, naturalmente aos pais, a todos os auxiliares da escola, aos professores e aqui nunca me esqueço dos professores que estes alunos tiveram desde o Pré Escolar, ao Primeiro e Segundo Ciclos, foram aqui que foram alicerçados todos os conhecimentos e saberes.

Também motivo de satisfação e de orgulho é o prémio atribuído à Mirandelense *Maria Neto*, que foi a vencedora do prémio *Fernando Távora* de 2016, atribuído anualmente pela Ordem dos Arquitetos, pelo trabalho que desenvolveu, intitulado as cidades invisíveis da Dadaab, que é uma região fronteira do Quênia e da Somália, sendo considerado o maior campo de refugiados do mundo.

E por último é só dar uma informação em relação à Anafre.

A Anafre lançou um prémio nacional intitulado “*Cândido Moreira para a Autonomia Local*”, o aviso de abertura, o regulamento e a ficha de candidatura que a Junta de Freguesia de Mirandela irá colocar à disposição em todos os meios habituais de divulgação.

Este prémio irá contemplar duas categorias de investigação para o ensino pós graduação e formação para os alunos de licenciatura de trabalhos originais, quer sejam individuais ou de grupo, aos quais serão atribuídos prémios monetários no valor de cinco mil e de dois mil € respetivamente.

----- **A Senhora Deputada Municipal Odete Ferreira (PS) disse:**

Muito boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Vereação, Senhores Deputados e restantes cidadãos presentes.

Eu queria deixar registado o meu assaz agrado pelo programa relativo às comemorações do 25 de abril, pelo alindamento do Palácio dos Távoras, pelas intervenções pertinentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia Municipal e por último mas não menos importante, a excelente e pertinente apresentação do Dicionário de História de Portugal 1974 – 1976, pelo Deputado desta Assembleia *José António Ferreira*, no que concerne à sua co-autoria.

E nesta sequência, ocorreu-me lançar um repto à Autarquia. Porque não, fazer a história deste período, relativamente ao que se passou em Mirandela, recolhendo testemunhos que certamente se irão perder no tempo. Vivi alguns e sei que seria muito importante deixar esse período registado e refiro-me concretamente a tantos acontecimentos que Mirandela viveu e tenho muito presentes, como o rebentamento – nem sei bem se foi bomba ou o que foi – no Além Douro e outros.

Lembro-me de o meu irmão ainda ter sido preso, já nem sei em que circunstâncias, mas lembro-me de o ver na janela do Palácio da Justiça. Enfim, estes factos que fervilharam em Mirandela e que seria extremamente importante deixar registados. É um repto, portanto.

Ocorreu-me enquanto ouvia alguns acontecimentos que o *José António* referiu e que eu já não me lembrava, relativamente ao Poder Local.

Ainda se a Assembleia me permitir ou o Senhor Presidente, e porque a liberdade tem que ser festejada e defendida em cada dia, gostaria de ler um poema da minha autoria, que foi feito domingo. Não sei se tenho autorização para tal.

O poema intitula-se:

“E a festa veste-se em cada madrugada

Há um abril que se semeia na calçada
lavrando regos a cada passada.
É o renovo a cada alvorada.
De verde marcada. De vermelho anunciada.

E é da calçada o espanto das pressas,
Percorrendo as ruas de promessas,
Não as dos homens, esses abalaram
mas as dos sonhos; esses ficaram.
Sem morada assinalada.
Sem hora anunciada.

E eu quero-me calçada
ecoando a liberdade sufocada
nos montes da minha memória,
nos mares pesados de História,
nas bandeiras desonradas,
nas terras abandonadas.

Ecos a ensurdecer a pacatez
palavras urgentes a cocegar a mudez,
pombas redentoras a rasgar horizontes
cravos diferentes a nascerem aos montes
sóis claros a clarear os empedrenidos,
sons do mundo a esperar os feridos...

...Assim há sempre vida na calçada
E a festa veste-se em cada madrugada.”

----- **A Senhora Deputada Municipal *Otília Fernandes Lima* (PSD) disse:**

Muito boa tarde. É sempre difícil falar, depois de uma poetisa, como bem podem compreender, mas vou tentar fazer o meu melhor. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Excelentíssimos senhores Deputados Municipais e Público em geral.

Antes de mais nada, quero felicitar todos aqueles que tiveram a ideia deste programa, para festejar hoje o 25 de abril e a ideia de realizar a Assembleia Municipal num dia destes. Acho que é de louvar essa iniciativa e essa lembrança.

E eu começaria a intervenção pelo seguinte:

“25 de abril de 1974” “25 de abril de 2016

Hoje é o dia mais apropriado para falar de Liberdade, Democracia, Política, Ética, Moral, Interesse Público, Relação Dialética entre Política e Ética.

Ao falar destes conceitos e da realidade que eles nos traduzem hoje, somos levados a refletir nesta matriz política que nos envolve há 42 anos e fazer a imprescindível referência histórica que motivou, em última instância a mudança de regime de 1974.

É importante fazê-lo, pelo seu significado histórico, social e político, pelas mudanças que trouxe a cada um de nós (quer a nível profissional, social ou individual) e também é importante fazê-lo para que possamos refletir sobre a Revolução de 25 de abril, pelo testemunho que podemos legar aos mais jovens, que não vivenciaram o período conturbado, antes do 25 de abril, ou também não o viveram no tempo mais próximo, logo a seguir à revolução, pois muitos ainda não tinham nascido.

Fazendo então uma breve alusão histórica, a Revolução de 74, denominada por Revolução dos Cravos - recorde-se que o cravo vermelho se transformou no símbolo da revolução, porque foi Celeste Caieiro, que trabalhava na rua Braancamp de Lisboa, que iniciou a distribuição de cravos pelos populares e estes os ofereceram aos soldados, os quais os colocaram nos canos das espingardas.

Nós, aqui em Mirandela, podemos também homenagear, como já o Senhor Presidente da Câmara fez essa referência, à nossa *Celeste Caieiro*, ou seja, à *D. Inês*.

Dizia eu, que a revolução se refere a um período da história de Portugal resultante de um movimento social, ocorrido nesta data que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933.

Iniciou-se um processo que viria a culminar com a implantação de um regime democrático e com a entrada em vigor da nona Constituição a 25 de abril de 1976. Esta ação foi liderada por um movimento militar, o MFA – Movimento das Forças Armadas, baseando-se inicialmente, numa luta pelo prestígio das forças armadas e que acabou por atingir o regime político então em vigor.

Com a adesão em massa da população ao movimento, a resistência do regime foi praticamente inexistente e infrutífera. É de registar que se verificaram apenas 4 mortos e 45 feridos em Lisboa.

Houve um período de agitação social, política e militar conhecido como o PREC – Período Revolucionário em Curso – marcado por manifestações, ocupações, governos provisórios, nacionalizações e confrontos que terminaram com o 25 de novembro de 1975.

Nesse dia, 25 de abril de 1974, a palavra ouvida repetidamente foi LIBERDADE, a qual passou a significar, nomeadamente: eleições livres, pois durante o Estado Novo as eleições não eram universais e eram consideradas fraudulentas; significou, a deposição da ditadura e o fim da polícia política, do regime de condicionamento industrial e protetor de certos monopólios e grupos industriais e financeiros; significou ainda, o fim de um regime controlador, tanto da oposição como da opinião pública em Portugal e nas então colónias.

À distância de 42 anos da Revolução, extremam-se pontos de vista dominantes na sociedade portuguesa em relação ao 25 de abril:

- Uns, pensam que o espírito inicial da revolução se perdeu e que muitas das conquistas de abril, se perderam;

- Outros, lamentam as nacionalizações;

- Uns e outros lamentam a forma como a descolonização foi feita, mas todos reconhecemos que a revolução representou um grande salto no desenvolvimento económico, político, democrático e social do país; trouxe-nos Liberdade. No entanto, continuamos hoje a ansiar por uma democracia mais consistente, mais madura e sobretudo mais saudável.

Este conceito de Liberdade, estudado por filósofos, antropólogos, sociólogos e políticos está associado à ausência de submissão e de servidão; está associado à autonomia e à espontaneidade de qualquer sujeito racional. Por exemplo, para Descartes, aquele que age com mais liberdade, é quem melhor compreende as alternativas que precedem a escolha, decorrendo dessa premissa o raciocínio lógico de que, quanto mais evidente a veracidade de uma alternativa, maiores as chances de ela ser escolhida. Nesse sentido, a inexistência de acesso à informação, afigura-se óbice à identificação da alternativa com maior grau de veracidade.

Para Spinoza, é mediante a Liberdade que o Homem se exprime como tal na sua totalidade e na sua total realização. Para outros, a construção da Liberdade, traz consigo implicações práticas para a consecução das finalidades de uma democracia.

Assim, decorre que, diretamente associada à ideia de Liberdade, está a noção de RESPONSABILIDADE, uma vez que, o ato de ser livre implica assumir o conjunto dos nossos atos e saber responder por eles.

Também, eticamente a Liberdade está relacionada com Responsabilidade, uma vez que todo o indivíduo tem todo o direito de ter liberdade, desde que, não passe por cima de princípios éticos e legais. Isto remete-nos para os conceitos de Ética, Moral e Política.

Quanto à Ética, é um conceito ligado ao coletivo, que, seja esse coletivo a corporação ou a Nação seja a nação ou a humanidade, desde os primórdios da antiga Grécia que a Ética teve uma íntima ligação com a Política.

Quanto à Política, para alguns, é a mais nobre das ocupações humanas, é o empenho na realização do bem comum, do bem da coletividade. Noutra perspetiva, é a arte de a sabedoria conquistar o poder para fazer o bem.

As relações entre ética e política poderão ser de uma dialética conflitiva, pois há um imenso Abismo a separá-las, mas não é uma relação impossível é, antes uma relação desejável e necessária.

Nos tempos modernos, constatamos que o poder político interfere nas relações sociais deturpando os valores morais da sociedade através de mentiras “políticas” e corrupção, pois muitos políticos só procuram a auto promoção e manipulação da sociedade.

Promessas políticas feitas em período eleitoral, para a obtenção de vantagens, não são cumpridas, umas, por falta de pura vontade e outras por ineficiência ou falta de recursos financeiros do Estado.

A Política deve ser a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum. Daí a relevância e importância de haver consensos em áreas decisivas e fulcrais para o desenvolvimento económico e social de um povo, no sentido de construir o seu bem comum. Este fim comum deve ter como ideal o bem-estar, a igualdade entre os componentes e a paz social entre todos.

A Política resulta da própria vida em sociedade, das ações humanas e da necessidade de organização dessa sociedade, visando sempre o bem de todos, de tal modo, que se atinja uma sociedade livre e justa.

Presentemente as palavras mais ouvidas e lidas nos mass media, são: promessas não cumpridas, corrupção, má utilização ou desvio do dinheiro público, desonestidade, abuso de poder, offshores tanto a nível nacional, como internacional, contrariando a vontade dos eleitores que escolhem os seus representantes à espera de pessoas preocupadas com os inúmeros problemas sociais que enfrentam.

Os cidadãos devem exigir um mínimo de postura ética dos seus representantes no poder.

Depreendemos, pois, que grande parte dos políticos não se preocupam com os problemas sociais que aterrorizam os povos, tanto a médio como a longo prazo; vejamos, nomeadamente, o que se passa com o drama dos refugiados, o problema deles, é também o nosso.

Não podemos deixar que a sociedade evolua cada vez mais para uma sociedade patriarcal, com uma população pobre com tendência para acabar também com a classe média. Os valores e os princípios éticos que todos aprendemos a seguir e a respeitar, não podem ser esquecidos ou manipulados.

Só conseguiremos mudar a realidade para melhor, quando houver a garantia à população de uma boa educação que trará consciência e resultados éticos muito mais satisfatórios do que os praticados atualmente por alguns políticos. Daí, que o curriculum e a escola tenham um papel fundamental na educação e esclarecimento das crianças e jovens.

Sem a junção entre Ética e Política, não podemos viver num país solidário e humano que lute pela igualdade e assegure os direitos constitucionais para todos os cidadãos.

A corrupção, definida como meio ilegal de conseguir algo, está também relacionada com a baixa instrução política e ética. A corrupção pode levar ao desvirtuamento e à devassidão de hábitos e costumes tornando-os imorais ou anti-éticos.

Qualquer sociedade corrupta sacrifica as camadas menos privilegiadas e as mais pobres, porque dependem mais dos serviços públicos a nível de infraestruturas, de saúde, de educação, de previdência, de educação. Etc.

Quando os governos não têm transparência na sua governação e na administração do bem público, é mais provável que incentivem a prática da corrupção. Não existe país com corrupção zero, embora os países ricos democráticos tenham menos corrupção, pois a população é mais esclarecida e instruída a cerca dos seus direitos.

Segundo uma organização internacional que tem como finalidade pesquisar e avaliar o nível de corrupção dos vários países, numa classificação de 0 a 10, a Finlândia ocupa o 1º lugar com nota 9,7 correspondente ao nível de confiança, ou seja menos corrupção. Não existe país com corrupção zero

No entanto gostava de deixar aqui uma mensagem e vou deixar um famoso Ficalista “*Tiago Caiado Guerreiro*” que diz: “Se não houvesse corrupção em Portugal, o nível de enriquecimento era igual ao da Suécia”.

Todos, indistintamente, devemos lutar por uma democracia mais sólida e saudável que respeite os valores éticos no exercício da Política, no entanto, eu tenho esperança que todos vamos conseguir isso.

E que alguns políticos também tirem algumas lições desta realidade, de modo a que legislem e que promovam a cooperação internacional necessária ao combate ao crime financeiro e ao terrorismo.

Há que valorizar políticos livres, mas responsáveis e verdadeiros, que não enganem os eleitores prometendo-lhe o impossível; há que valorizar os que se guíem por valores nobres como o bem comum, o bem coletivo.

Claro que a Esperança de uma sociedade melhor é o motor de qualquer cidadão.

Eu tenho esperança que os políticos tirem algumas lições da realidade que atravessa as nossas vidas e saibam e tenham a capacidade de legislar de modo a abranger todos os cidadãos de forma justa; que promovam e incentivem a cooperação internacional necessária ao combate ao crime financeiro e ao terrorismo.

Eu, pessoalmente, continuarei a apoiar, localmente, os políticos que não se deixem envolver na corrupção e aqueles que gerem os dinheiros públicos de forma nobre a pensar no bem coletivo de todos os que aqui vivemos, como teremos oportunidade de ver no momento próprio desta agenda de trabalhos.

Obrigada.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Sandra Maria Fernandes Grilo (CDS/PP) disse:**

Boa tarde, cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, os seus Secretários, o Senhor Presidente do Executivo e todos os presentes.

Como todos sabem em Fevereiro deste mesmo ano, fomos testemunhas, direta ou indiretamente, de mais um incêndio lamentável, na aldeia do Cachão.

Este incêndio de que falo, tomou grandes proporções, quer ao nível material, destruindo as instalações onde os resíduos de plástico prensados estavam depositados, quer ao nível ambiental, trazendo riscos ambientais e de saúde pública, para os residentes daquela aldeia e para os demais, já que estes resíduos tóxicos coabitavam com unidades de transformação de alimentos, quer ainda ao nível social, já que colocou em causa valores de uma sociedade justa e democrática, assente nos princípios basilares da Constituição.

Assim e depois de vindo a público que o depósito e armazenamento desses resíduos careciam de licenciamento e de uma série de trâmites legais, que a empresa detentora dos mesmos, não possuía, gostaria de saber como está a ser gerida esta situação.

Os resíduos queimados já foram retirados do Complexo Agro Industrial? As irregularidades presentes em todo o procedimento, já foram repostas e punidos os responsáveis? A população do Cachão já teve uma palavra deste Executivo e do seu comprometimento para a resolução deste processo?

Atendendo ao que este dia representa para todos os portugueses e àquilo que o Complexo Agro Industrial do Cachão já foi, eu passo a enunciar o n.º 1 do art.º 66.º da Constituição e pedir que se cumpra nesta e noutras situações.

Assim, passo a citar:

“Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.”

Obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama *Fernando Mesquita* (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores, Comunicação Social.

Apesar de já o ter feito pessoalmente em privado, não quero deixar de manifestar aqui o meu agradecimento pessoal e da população da Freguesia que represento, ao Deputado *José António Ferreira*, pela magnífica obra que hoje tivemos o prazer de ver apresentada e da qual ele faz parte integrante. Muito obrigado por isso.

É hábito os Senhores Presidentes de Junta virem a esta Assembleia anunciar os acontecimentos que vão ter lugar nas suas freguesias e fazem-no e devem continuar a fazê-lo e fazem-no muito bem. Mas porque na Torre os acontecimentos sucedem-se a um ritmo impressionante, poderei mesmo dizê-lo, principalmente neste frenético mês de abril, não foi possível dar conta deles antecipadamente e por isso venho aqui hoje dar conta do que se passou na Torre de Dona Chama durante este mês de abril, partilhando convosco esses acontecimentos.

O critério com que o faço, é apenas o critério cronológico, não o da sua importância.

E o primeiro acontecimento foi o sabermos qual o resultado desse orçamento participativo que o *Rui Sá* já teve oportunidade de se referir a ele na primeira intervenção que fez.

De facto, só tenho que me regozijar com o resultado, da proposta que ganhou, que é a ambulância para os Bombeiros Voluntários da Torre de Dona Chama, felicitando o Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros, que também está aqui presente *“Paulo Costa”* e assinalar o empenhamento das populações, das gentes daquela freguesia, votando massivamente nessa proposta que apresentaram. Isso demonstra que as pessoas quando querem, são capazes de tudo e muito mais, ultrapassam qualquer tipo de dificuldade que lhes surja.

Seguidamente tiveram lugar no dia 17 de abril, as primeiras jornadas sobre património material da Freguesia, que é também o património do concelho.

O tema era especificamente o “Monumento Nacional da Ponte da Pedra” e as jornadas contaram com dois conferencistas, dois oradores do mais alto nível. Um vindo da Universidade de Coimbra, o Dr. *Pedro Carvalho*”, o outro vindo da Corunha, ou seja, o Doutor *Manuel Fontes*, ou melhor, o Engenheiro *Manuel Fuentes* que é uma autoridade sobre Pontes Romanas.

A fazer fé no testemunho que me chegou, as jornadas foram de facto um sucesso.

Dias depois, mais propriamente na passada sexta-feira, tiveram lugar as jornadas no âmbito do mês dedicado aos maus tratos na infância. A CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela, teve a ideia e muito bem, de organizar na Torre de Dona Chama esse evento e também embora numa cerimónia simples, mas muito significativa, que teve o apoio de muita gente e foi muito apreciada, principalmente pelas crianças do ensino básico, que era a elas que essencialmente se dirigia essa atividade.

Finalmente ontem, dia 24, a Torre de Dona Chama comemorou o dia 25 de abril, não o podia fazer hoje para não coincidir com as comemorações realizadas aqui na cidade e então realizámos ontem as comemorações do 25 de abril e da Constituição Portuguesa.

Tivemos uma cerimónia simples do hastear da bandeira, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, a quem aproveite para agradecer e à tarde um colóquio com uma das figuras do 25 de abril, um Capitão de abril, um dos cinco homens que estiveram no Posto de Comando da Pontinha, naquele saudoso dia, na madrugada de 24 para 25 de abril, o General *Garcia dos Santos*.

Essa possibilidade deve-se ao facto de nós termos entre nós, a viver na Torre de Dona Chama, um filho seu, que é o *Pedro Santos* e graças a ele foi possível trazermos cá os pais.

Isto significa, como já vos disse no início, que a Torre de Dona Chama não pára e que estas atividades são essenciais para que possamos pensar num desenvolvimento equilibrado e não podemos nunca mais, evocar as desculpas que não temos dinheiro ou que nada acontece nas nossas terras.

Eu devo confessar-vos e isto deixa-me particularmente satisfeito, que todas estas atividades se realizaram gratuitamente, que não foi necessário gastar dinheiro para efetuar estes eventos na Torre de Dona Chama.

Os oradores, os conferencistas, tiveram a simpatia de vir ter connosco e de participarem sem terem exigido qualquer contrapartida.

Obviamente que, repito, estes acontecimentos, embora tenham lugar na Freguesia de Torre de Dona Chama, são acontecimentos do concelho, não são acontecimentos só da freguesia, são do concelho. E esses acontecimentos só podem ter lugar ou ser viáveis, se tivessem como têm tido sempre, o apoio da Câmara Municipal, apoio esse que se traduz essencialmente, pela presença ao mais alto nível, nesses acontecimentos da Câmara Municipal.

Por isso, a todos os que estiveram presentes e aqueles que não estiveram presentes, com certeza porque não puderam, os meus agradecimentos.

Acho que é assim que nós cumprimos abril, todos os dias. É com iniciativas destas.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães António Martins (CDS/PP) disse:**

Boa tarde Senhor Presidente, Elementos da Mesa, restante Executivo Municipal, caros colegas de Assembleia, queria aproveitar este momento, para deixar aqui quatro situações:

Saudar o Dr. *Rui Magalhães*, o responsável pela CPCJ, pelo mês de atividades que têm sido desenvolvidas aqui no concelho e endereçar os parabéns à sua equipa no trabalho notório, que eu tenho participado em duas ações que tive a possibilidade de estar aqui a assistir, sobre certas temáticas que nos têm enriquecido e nos têm permitido olhar para alguns problemas da juventude de outra forma.

É de engrandecer estas atividades e não queria deixar passar esta oportunidade de aqui na Assembleia Municipal deixar o meu louvor a esse tipo de iniciativas da CPCJ.

O segundo ponto tem a ver com o hospital.

Houve aqui uma intervenção do Deputado *José António*, que subscrevo e de alguma forma com o meu voto, assim o aceitei, mas acho que temos que olhar para um problema que estamos a ter em Mirandela.

Atualmente e penso que há uma comissão na Assembleia que faz esse acompanhamento, a urgência hospitalar funciona pessimamente e funciona de uma forma desumana.

Eu tive a particularidade, por um problema pessoal, ter que lá estar quatro horas e meia para ser atendido, portanto estamos a falar em quatro horas e meia e tive inúmeros colegas meus e amigos que passaram exatamente pelo mesmo.

Portanto, é preciso pensar que estas comissões que existem na Assembleia Municipal, têm que olhar para estes problemas. Não é correto o que está a acontecer neste momento.

Há obras de melhoria que estão a ser feitas, reconhecemos esse esforço, mas não se podem subjugar os profissionais de saúde que lá estão, não se podem subjugar os doentes que lá vão para ser atendidos, às condições miseráveis a que o hospital está a funcionar.

Deixava este apelo à Comissão que faz o acompanhamento em termos da Assembleia Municipal, para que num curto espaço de tempo, faça uma visita às instalações onde está a decorrer a consulta de urgência e onde está a decorrer a consulta externa.

Em terceiro lugar queria deixar um apelo à Câmara Municipal.

A minha Junta de Freguesia, não sei se os meus colegas também estão a passar pelo mesmo, estamos-nos a debater com um problema grave neste momento, que tem a ver com a aplicação dos herbicidas e tem a ver com o novo enquadramento legal a que estamos sujeitos.

Há um problema na venda do material, portanto para nós o comprarmos e há um problema na aplicação do material.

Nós, para fazermos isto legalmente, não temos, nem condições humanas, nem condições materiais para o fazer.

E deixava um apelo ao Senhor Presidente da Câmara para disponibilizar o trator da Câmara e um Funcionário Municipal, para nos podes fazer esta aplicação na freguesia.

São três dias de trabalho, corria a freguesia de Cedães, nomeadamente as três aldeias que temos e livrava-nos a nós de um problema de responsabilidade criminal. Porquê? Porque há relativamente pouco tempo tivemos uma intervenção do SEPNA para nos informar sobre estas situações e nós neste momento, como entidade pública, não estamos minimamente habilitados para fazer esta aplicação.

Sei que alguns colegas meus recorreram a serviços de outra pessoa, mas repito, usar um trator agrícola, com gasóleo agrícola, para fazer este trabalho, é crime e nós não podemos fazer isto.

Temos que, não só deixar alertas, mas temos que dar uma imagem e um comportamento completamente diferente aos nossos fregueses.

Eu apelava à Câmara, porque de alguma forma, a manutenção de ruas é uma competência da Câmara, ela não nos foi transmitida em termos de acordos de execução e eu pedia ao Senhor Presidente para não nos deixar cair numa situação de crime e de alguma forma, pudesse com três dias de trabalho repor estas situações, nomeadamente na minha freguesia e se os meus colegas também o entenderem, levá-los para as suas.

O quarto apelo, tivemos um problema, faz na sexta-feira oito dias com as cheias, a informação para a Direção Regional já foi feita, a avaliação dos estragos, mas quase com toda a certeza não vai haver por parte do Ministério da Agricultura qualquer tipo de atenção e eu pedia ao Senhor Presidente da Câmara mais uma vez, a sua intervenção, no que é tentarmos repor os estragos, nomeadamente nos caminhos agrícolas, porque é muito elevado e nós não vamos ter meios financeiros para o fazer. E nomeadamente a famílias mais desfavorecidas que temos na freguesia, cuja alimentação depende exclusivamente daquilo que cultivam durante o ano nas suas hortas, que ficou seriamente comprometida, não só o que foi arrastado, mas como a própria terra não vai permitir num curto espaço de tempo que se possam lá colocar outras culturas.

Deixava esse apelo para que durante esta semana ou na próxima semana, os técnicos da Câmara, possam lá ir ao terreno, nomeadamente na área social, fazer o levantamento de cinco famílias que nós lá temos e a ver se seria possível acudir a estas pessoas, para lhe repor, de alguma forma os prejuízos que eles vão ter nas hortas.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Queria informar a Câmara, que, atento à informação do Senhor *António Martins*, que a Comissão Permanente tem estado atenta a este aspeto da saúde no Hospital Público de Mirandela, porquanto que nos têm chegado outras mensagens.

Como os Senhores Deputados sabem, o ano passado em junho, a Comissão Permanente fez uma visita ao Hospital de Mirandela, o Relatório está aí para quem o queira consultar e se não me falha a memória, julgo que está agendado já para Julho.

Nós teremos isso em consideração e naturalmente que depois daremos contas a esta Assembleia do que resultar dessa visita.

A palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:**

Antes de iniciar a minha intervenção:

Eu não sou poeta, mas tentei criar ali um “*rabisco*”

“Eu sou abril, boa tarde abril.

Abril é olhar para o lado todos os dias,

abril é o cravo solidário, abril é a arma que não dá tiros,

abril é liberdade, abril é ser nobre com ética, abril é ser homem.”

Boa tarde Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, boa tarde Senhor Presidente do Executivo e Senhores Vereadores, boa tarde Senhores Presidentes de Junta, restantes instituições e associações, Mirandelenses.

“O 25 de abril de 1974, abriu um caminho novo, de desenvolvimento, de liberdade e de democracia. Um legado sem paralelo, cuja construção é mais do que o significado de uma efeméride, que os sucessivos governos, autarquias e partidos políticos nos últimos anos têm honrado.

As diferentes ideologias, os fóruns de discussão e as plataformas de intervenção cívica, constituem um sem número de espaços, onde o cidadão comum pode exercer o poder que a democracia representativa lhe confere e que não existia antes da revolução que hoje comemoramos.

Neste dia nasceu a liberdade de expressão, de associação, a manifestação do direito à diferença, do direito à indignação, contra as injustiças, a discussão, a confrontação de ideias, o aparecimento de novas propostas cívicas e políticas, o acesso à educação que foi facultado a todos sem exceção e as eleições passaram a ser livres e de acordo com a nossa consciência.

Impõe-se portanto, que esta data, para além de comemorativa, seja o reinício de uma reflexão para um turbilhão de ideias, de pessoas e de mentalidades, que põe os partidos no caminho certo, com propostas e projetos políticos sérios, justos, solidários e credíveis.

A data que hoje comemoramos, institui o poder local democrático, como instrumento privilegiado das populações, para dar resolução aos seus problemas e anseios, pelo que o lugar comum do cumprir abril enquanto autarcas eleitos, é termos sempre presente que o princípio e o fim dos nossos objetivos, são o progresso, a qualidade de vida, o desenvolvimento económico e social da nossa terra, do nosso concelho.

O dia 25 de abril permitiu conquistar a liberdade de opinião e de expressão, sendo certo que tendo associável a responsabilidade que assumimos ao dispor de tal direito.

Eu pertenci a uma geração que ainda conheceu em pleno, o que foi a ditadura, a repressão e a censura sem liberdade, com o medo de discordar e de defender as suas convicções, razão pela qual é ainda mais importante que não se comemore este dia ano após ano, apenas como um ato simbólico é antes nosso dever ensinar as gerações vindouras, a refletir sobre o sentimento de inconformismo, de respeito pela diferença de opinião e de combate às desigualdades, que se conquistou com o 25 de abril de 1974 e que se deve construir todos os dias.

Devemos ser mais exigentes quanto aos nossos direitos e à qualidade da democracia, mais críticos e menos passivos perante as restrições das nossas liberdades individuais, para que não seja subvertido o livre e justo funcionamento da sociedade porque tantos corajosos lutaram no 25 de abril.

As autarquias foram sem dúvida a maior conquista da Revolução, uma vez que as comunidades locais, passaram a eleger diretamente e por sufrágio universal as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, encetando assim relações de proximidade entre eleitos e eleitores.

É porque temos consciência dessa responsabilidade, como membros eleitos desta Assembleia, defenderemos sempre as nossas ideias, as nossas propostas e estaremos particularmente atentos às necessidades das pessoas.

Pautamo-nos por uma posição séria, leal e responsável, sempre na primeira linha, a criticar o que está menos bem, apresentando propostas alternativas, nunca deixando de estar do lado das Juntas de Freguesia para servir a nossa comunidade, lutar pelos anseios dos Mirandelenses e reivindicar mais projetos para o nosso concelho.

Basta olhar para o lado, para se viver todos os dias o abril que hoje conhecemos.

Viva o 25 de abril.

Viva Portugal.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Muito obrigado.

Não há mais inscrições

Não sei se o Senhor Presidente quer dar alguma informação.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de saudar neste dia especial esta Assembleia, eu em 1965 ainda não tinha nascido, não posso falar dessa altura, mas no dia 25 de abril 1974 já tinha nascido e por aquilo que eu sei, a grande vantagem que nos trouxe o 25 de abril, é a de cada um poder dizer aqui aquilo que quer e deseja, com o maior respeito e principalmente, dizer sim ou não, quando é convidado, agora dizer sim quando é convidado e dizer não depois de ter sido convidado, é realmente uma liberdade do 25 de abril.

Gostaria de responder agora a algumas questões que me foram colocadas.

Eu vou falar aqui sobre uma questão que não envolveu a Câmara, mas é importante que fique clara, porque às vezes geramos aqui factos que não são verdadeiramente factos.

Tem-se falado em relação a uma notificação que foi feita à Administração da AIN – Agro Industrial do Nordeste, pela não entrega dos documentos de contas do ano passado.

No ano passado houve um erro de interpretação e as contas da Câmara Municipal levaram consigo as contas de algumas entidades.

Essas entidades consideraram que as contas tinham sido entregues e não pode ser, não obstante terem ido num envelope semelhante, têm de ser enviadas formalmente e por esse motivo houve a notificação.

A notificação foi respondida, foi compreendida pelas entidades, por isso não há qualquer constrangimento, aliás, nós aprovámos aqui a consolidação das contas da AIN, com a consolidação das contas da Câmara Municipal, na Assembleia de junho.

Não há aqui nenhuma questão, é bom que fique claro que houve um erro de interpretação, mas as contas foram aprovadas, foram enviadas e foram consolidadas como a lei o exige.

Em relação à U.L.S. (Unidade Local de Saúde), eu gostava de me associar a esta questão, principalmente dos cuidados de saúde primários.

É uma preocupação enorme, dizer que é bom que se comece a trabalhar mais nessa área, nós estamos muitas vezes virados para aquilo que achamos que é o elemento fundamental da nossa saúde, que é o Hospital, pela sua visibilidade e pelos seus problemas e é verdade, mas também há os chamados Cuidados de Saúde Primários e que são hoje em dia a maior preocupação da nossa região, para uma população envelhecida, afastada e muitas vezes até isolada. É importante que os cuidados de saúde primários tenham o protagonismo que merecem.

E nesse sentido, por exemplo a temática dos diabetes, está a ser neste momento tratada pela Câmara Municipal, em conjunto com o Internato dos Cuidados de Saúde Primários, para realizar um conjunto de trabalhos e nomeadamente um grande Seminário aqui em Mirandela, um Seminário. Falou-se mais tarde aqui, na questão da U.L.S. ao nível de outros problemas, eu julgo que é importante que esta Assembleia tenha sempre um papel e uma posição sobre a saúde pública.

Às vezes temos boas notícias que não são boas notícias. Eu sei que este ano fomos confrontados com o facto de terem existido bons resultados no ano passado na U.L.S., isso pode ser positivo ou pode ser negativo. Quando falamos de saúde, se os bons resultados são à custa dos cuidados que são prestados aos cidadãos e aos utentes, podem não ser bons resultados.

É um tema que é importante mantermos na agenda e naturalmente a Câmara Municipal está totalmente disponível para acompanhar todas essas diligências e inscrevê-las quando elas aqui forem apresentadas.

Em relação à Deputada *Odete Ferreira*, parece-me uma excelente solução, não será difícil, porque nós temos pessoas em Mirandela que têm capacidade para tal, tivemos hoje esse exemplo da sua capacidade científica.

Parece-me uma ideia interessante, nós publicámos um livro chamado “Alfaiate de Mirandela” há uns tempos, que reporta um pouco dessa história, se bem que é uma resenha biográfica mais virada para a vida do “*Joaquim Natal*”, mas se calhar juntando um pouco o que essa recolha também permitiu e algumas das entrevistas que foram realizadas na altura, com pessoas que conheciam a realidade de Mirandela, poderão ser aproveitadas. Penso que é um trabalho que me parece interessante desenvolver.

À Deputada *Sandra Grilo*, agradecer-lhe trazer este assunto, porque às vezes há assuntos que são interessantes e dizer-lhe que talvez não tenha visto, mas foi claro que existe um processo legal a decorrer em Tribunal instaurado pelas entidades responsáveis.

E não vamos confundir, uma coisa é a unidade que está junto à A4 e outra coisa é o que se passa no Complexo Agro Industrial do Cachão, são duas coisas:

Junto ao nó da A4, existe uma unidade licenciada para triagem, que é controlada pela CCDR-N e o Ministério do Ambiente.

Essa unidade é acompanhada pela fiscalização e inspeção, que depois autorizam ou não, quando vão tirar as suas licenças.

Outra coisa é o que aconteceu no Complexo Agro Industrial do Nordeste, que é uma coisa completamente diferente, mas que eu recordei, começou em 1995, não foi há dois dias.

Às vezes quando se fala parece que aquele material foi lá colocado na semana passada ou no dia em que ardeu a primeira vez, aquele material está lá há muito tempo e a Câmara de Mirandela e a Câmara de Vila Flor, que são as duas proprietárias daquele Complexo, têm andado preocupadas com esse assunto, têm falado com diversas instituições, porque também é preciso dizer aqui outra coisa; o material não veio de paraquedas, nós temos em Portugal, felizmente, um sistema de triagem de resíduos, nomeadamente recicláveis, que implica o seu registo, o seu transporte, a sua localização e a sua valorização, que pode ser por exemplo a valorização em aterro, a valorização por queima, ou pode ser de outra forma. E aquilo não cai ali de paraquedas, veio de algum sistema e esse sistema teve que pôr ali aquele material.

E isso também está a ser avaliado, como todos viram, há um processo em tribunal e esse processo determinou a retirada do material. Se as Câmaras se substituíram nessa retirada, o que vai acontecer é que é o dinheiro público de cada um dos mirandelenses que vai pagar essa situação.

Há uma coisa que eu não aceito...acusações de que ambientalmente está a ser posta em causa alguma coisa e que não têm sido feitos esforços, eu só lhe pergunto onde é que estava quando aquilo não tinha uma Etar e ia tudo para o rio. O Cachão tem hoje uma Etar devidamente licenciada e a funcionar, que recebe os efluentes das unidades que ali trabalham.

Cuidado, quando nós dizemos que é preciso ter em conta as questões ambientais, também é preciso ter em conta aquilo que se faz.

Existem lá unidades que foram fechadas, porque não tinham condições para o seu licenciamento ambiental.

Aquela situação não é uma situação agradável para ninguém, mas nunca houve desatenção de ninguém. Que é difícil de resolver, é. Mas nunca houve desatenção, nomeadamente das entidades que podem ser licenciadoras e que podem ser, neste caso, as entidades que fazem a respetiva contra ordenação.

Se hoje houver um problema ambiental, numa rua ou numa estrada, se for lá a brigada do ambiente, não é a Câmara Municipal que faz o auto de contra ordenação, não tem competências para isso. Quem tem competências para isso é a CCDR-N e antigamente a Direção Geral do Ambiente.

Nesse sentido houve sempre entre todos, contactos e conhecimento.

Quanto à retirada, está a ser realizada e há-de ser toda realizada dentro desse quadro de legalidade, porque aquele material não se tira de um sítio e põe-se noutra. Para ir para qualquer local, tem de ser devidamente verificado se é esse local que vai fazer o tratamento. Não pode ser como se pensava, enterrado no aterro sanitário dos Urjais, porque estes são resíduos industriais e nunca poderiam entrar no aterro de Urjais, se assim fosse facilmente transportávamos para lá este material.

Este assunto foi sempre acompanhado de perto, não é de fácil resolução, porque se fosse de fácil resolução, estava resolvido.

Esta situação não começou há dois dias, ainda me lembro há longos anos de haver lá uma unidade de triagem ao ar livre, que eram descarregados os resíduos no meio da rua e separados no meio da rua, pelo que, temos que ter em atenção este tipo de questões.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, dizer-lhe que em relação à questão dos herbicidas, parece-me uma questão bastante pertinente.

A Câmara Municipal teve graves problemas, como aliás é conhecido, estivemos praticamente um ano parados, sem colocar herbicida. Fizemos um processo de formação, licenciamento e como disse muito bem, o licenciamento das entidades públicas não tem nada a ver com o licenciamento dos privados.

Acho muito bem reunirmos, aliás, ficou prometida na última Assembleia, por solicitação do *Paulo Pontes* do Franco, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia têm de reunir e encontrarmos uma estratégia para os caminhos.

Julgo que é uma boa sugestão, vamos trabalhar nela e julgo que é perfeitamente elegível.

Sobre a questão dos problemas dos estragos, nós na parte agrícola, não interferimos, como é evidente, não é nossa competência, a Câmara Municipal deixa isso entregue a quem tem essa responsabilidade.

No que respeita às infraestruturas públicas, esta semana começámos a entregar materiais em Vale de Prados, fruto de uma situação que já ocorreu há muito tempo, mas na altura foi lá a Proteção Civil, elaborou-se um Processo, fez-se um levantamento e neste momento estamos a apoiar as pessoas que tiveram estragos ao nível dos seus muros e outras situações, com materiais, para que eles possam fazer parte dessa recuperação.

Aquilo que se pode fazer também, é em pessoas que têm situações sociais de desequilíbrio e que sejam reportadas, temos o Plano de Emergência, que apoia pessoas que têm dificuldades com diversas áreas típicas, também temos uma parte que diz respeito a situações não tipificadas, o que também podem acontecer, mas que terá de ser fruto de uma avaliação pela área social.

Temos disponibilidade para fazer a avaliação social e para fazer uma avaliação de infraestruturas, em conjunto com a Proteção Civil e verificando essa situação, se se detetarem situações de intervenção urgente, estaremos dispostos a ajudar.

Muito obrigado a todos.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, muito obrigado pela informação.

Eu quero dizer que não é o ano de 2014, mas o ano de 2013 e se tivesse tido conhecimento que isto tinha ocorrido desta maneira, não tinha falado sequer.

Se o fiz, foi porque o ofício do Tribunal de Contas é de 06 de Novembro de 2015. E o ofício do Tribunal de Contas refere: *“Proceda-se à citação dos responsáveis infra indicados com cópia do presente despacho, para no prazo de 15 dias se assim o entenderem, exercerem o direito ao contraditório.”*

Eu não sabia que este direito de contraditório já tinha sido formalizado, na medida em que não tinha informação disso.

Uma vez que tenho a informação, eu quero retirar e dizer muito obrigado.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.1, Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.

Todos os Senhores Membros da Assembleia receberam e portanto façam o favor, quem precisar de usar da palavra, a Mesa regista.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Luísa Deimões (PSD) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores.

Recebemos vasta informação do Senhor Presidente da Câmara, que nos permite conhecer o que mais relevante se fez desde a última Assembleia.

Permitam-me destacar alguns pontos dessa informação, nomeadamente:

• Participação no Orçamento Participativo

É com grande satisfação que constatamos nesta primeira edição, o número significativo de propostas, nas três vertentes do OP.

Quando a participação dos cidadãos, nomeadamente dos jovens, acontece, a democracia solidifica-se, dando sinais de vitalidade, mas uma sociedade verdadeiramente democrática, é inclusiva, por isso não posso deixar de referir a parceria da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e do Clãs, na campanha de sensibilização, contra a violência familiar, contra a terceira idade.

Infelizmente, a violência contra a pessoa idosa é uma realidade na nossa sociedade. Por vezes as diversas pressões dessa violência, são tratadas como uma forma de agir normal e natural, ficando ocultas nos usos, nos costumes e nas relações entre as pessoas.

Urge pois, criar ações e condições que contribuam para fortalecer o respeito nas relações entre as gerações, a favor da cidadania e de uma sociedade para todos.

Com o envelhecimento da população do nosso concelho, o envelhecimento ativo deverá ser uma preocupação constante, de forma a que todos se sintam úteis e cidadãos de pleno direito.

A semana da saúde, promovida pela Câmara, contou com a participação de várias empresas e organizações da área, que ao longo da semana, numa lógica preventiva, sensibilizou e alertou a população para práticas de vida saudável.

O concurso de ideias escola empreendedora para alunos do ensino secundário regular e profissional estimulando o empreendedorismo e a inovação.

Como referi no início da minha intervenção, é vasta a informação do Senhor Presidente, mas esta não se limita à enumeração de iniciativas avulsas, ela revela a preocupação na execução de uma política integrada dos vários setores: económico, social, cultural e ambiental.

Por último, a preocupação da melhoria na oferta dos serviços, certificado por sistema de gestão de qualidade, de forma a que a população deles possa auferir, aumentando os níveis de satisfação.

Obrigada.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Sandra Maria Fernandes Grilo (CDS/PP) disse:**

Eu só queria saber, aqui no ponto 9.4 – Tratamento de Sugestões/Opiniões/Reclamações.

É apresentada aqui uma checklist de ocorrências.

Eu gostaria de saber como são tratadas, ou se isto que está aqui é apenas os tópicos e depois há um documento onde soa vertidos os tratamentos a que são sujeitos.

E tentar perceber quais delas é que são Sugestões/Opiniões ou Reclamações.

É que no meu entender Sugestões e Opiniões, serão uma melhoria contínua. Reclamações é porque a coisa não correu lá muito bem.

Era só para pedir este esclarecimento.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É apenas para esclarecer a Senhora Deputada Sandra Grilo, que a Câmara Municipal é uma Câmara certificada e como tal todos os procedimentos, principalmente os de reclamações, são todos registados, têm todos eles um procedimento que é preciso cumprir.

Na Informação pretendemos apenas fazer um resumo das ocorrências que aconteceram durante este período.

Posteriormente, todas estas situações, são objeto de um Relatório que está anexo à Prestação de Contas, se bem que o Relatório é referente a 2015 e todas estas situações têm um registo e um procedimento específico, nomeadamente a resposta das pessoas, o prazo, o cumprimento, há um procedimento interno e há uma avaliação trimestral dos indicadores, quanto a essas respostas e quanto a essas situações.

Cientes que às vezes isto não é suficiente, neste momento estamos a tentar implementar um procedimento que se chama “forward” isto é, depois da resposta verificar se a resposta foi suficiente ou se ainda se considera informada, naturalmente, por amostragem, porque de outra maneira não podíamos fazer isso.

O que aparece aqui é um registo “toutcourt”, daquilo que entrou na Câmara e que está registado e depois cada um tem o seu procedimento, está registado na Câmara, como entrou, quando entrou, qual o caminho por onde entrou, qual foi a resposta que se deu, onde estão as respostas, se são técnicas ou não, todas elas estão registadas.

4.2 – Prestação de Contas 2015.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 18 de abril de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor (quatro dos membros do PSD, um do membro do PS José Manuel Morais e um do membro do CDS/PP Carlos Freitas), e um voto contra do membro do PS João Casado:

- 1 - Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2015 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- 2 -- Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Passamos ao Ponto 4.2, Prestação de Contas 2015.

Enquanto a Mesa aceita inscrições, eu era capaz de pedir ao Senhor Presidente se quer dar alguma informação prévia, para melhor esclarecimento e informação desta Assembleia.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tinha feito uma proposta à Mesa, como o Senhor Presidente sabe, de fazer uma coisa que não é tradicional no nosso Regimento, mas que eu acho que é importante.

Hoje em dia a gestão pública cada vez mais se aproxima da gestão privada e nesse sentido, consideramos que deve haver um momento para fazer a apresentação das contas, para que depois os Senhores Deputados Municipais possam apresentar as suas questões para lá desta informação.

Assim, com a devida autorização do Senhor Presidente, passaria a fazer uma apresentação linear dos elementos macro, quer da Prestação de Contas, quer do Relatório de Atividades, dando assim oportunidade aos Senhores Deputados de avaliarem aquilo que foi a realizado e aquilo que não foi a realizado, no exercício de 2015.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco, efetuou a seguinte apresentação relativa à Prestação de Contas e Relatório de Atividades 2015:**

“O exercício de 2015 é pautado pelos princípios a que nos propusemos, essencialmente na gestão municipal, temos a questão do PSF (Plano de Saneamento Financeiro), que temos de respeitar, não só por questões legais, mas também pela questão de que fomos nós que o realizamos, pela racionalidade da despesa corrente que temos vindo a implementar ao longo dos últimos anos, pela manutenção do investimento, mas sem por em causa equilíbrio orçamental que é obrigatório, como iremos ver também, pela redução da dívida, esse elemento fundamental para a gestão e também obrigatório e finalmente por aquilo que eu ainda agora aqui afirmei, a organização de processos, uma vez que ao longo dos últimos anos e a Câmara Municipal teve recentemente mais uma vez reconhecida a certificação em qualidade, de todos os processos, por isso somos uma Câmara integralmente certificada e por isso mesmo aparece ali em rodapé além do nosso símbolo, o símbolo da certificação que é obrigatório neste tipo de documentos.

Em 2015, temos que destacar, naquilo que foi a execução municipal, um crescimento significativo no respeitante à execução.

Conseguimos uma execução que ronda os 72% no caso da receita e 71,57 %, com as devidas diferenças naquilo que diz respeito às despesas.

Esta execução vem no sentido de ser um ano em que particularmente estivemos a concluir um conjunto de investimentos que tínhamos também e traduz também um pouco aquilo que é a opção que fizemos nos últimos anos, se verificarem, neste momento, as despesas correntes são já transferidas para despesas de capital, existindo uma transferência contínua e gradual dessas despesas para o investimento, ao contrário do que acontecia no passado, em que muitas das vezes as receitas de capital acabavam por ser elas próprias a suportar as despesas correntes.

Isso implica também, que do ponto de vista do que é a nova Lei das Finanças Locais, seja cumprido também o princípio do equilíbrio orçamental, em que as receitas correntes, tal como eu disse, além de terem que cobrir as receitas correntes, devem cobrir também as amortizações.

O conceito de amortização é algo também recente na gestão municipal e neste sentido, como podem ver através deste gráfico, este ano, nós, além de termos cumprido este princípio de equilíbrio orçamental, até tivemos um diferencial bastante significativo, como digo, transferindo dinheiro de receitas correntes para as despesas de capital.

Ao nível da receita, nós tivemos um ano caracterizado por algo que todos aqui reconhecem, que foi a contração de um empréstimo a curto prazo de três M€. Se vocês olharem para este gráfico, nós temos esta zona correspondente a este pico, este pico corresponde ao empréstimo do Saneamento Financeiro que foi realizado no ano de 2013, empréstimo a longo prazo que estamos neste momento a cumprir e temos depois aqui este, o correspondente ao ano de 2015, que é exatamente igual, se repararem o valor de capital teve um crescimento significativo, que tem a ver com o empréstimo de curto prazo que foi realizado no ano passado, em 2015, para nós podermos responder rapidamente àquilo que era a tesouraria que necessitávamos para cumprir as obras que tínhamos financiadas.

Qual é a diferença entre este empréstimo que foi contraído no ano de 2013 e o que foi contraído no ano de 2015? O empréstimo que foi contraído no ano de 2013 continuará a ser pago até ao final do Saneamento Financeiro, o empréstimo que foi contraído no ano de 2015, foi integralmente pago no ano de 2015, porque é assim que determinam as regras de empréstimo a curto prazo.

Ao nível da receita corrente, podem ver que no fundo há alguns crescimentos, nomeadamente as vendas de bens e serviços correntes, nos impostos diretos, todos sabemos e eu não vou escamotear isso, que foi no ano de 2015 que foi feito o ajustamento do IMI, isto está traduzido neste crescimento dos impostos diretos e também ao nível das vendas de bens e serviços, tivemos este ano um crescimento ligeiro, no entanto, ao nível das vendas de águas, saneamentos e resíduos sólidos.

É preciso entender que nestas receitas e de acordo com o que vocês podem ver aqui, a venda de água, saneamento e resíduos representa 85% das vendas de bens e serviços correntes.

Naturalmente que o protagonismo destas rubricas é linear, não há dúvidas que tudo aquilo que nós cobramos é nestas áreas. Se repararem neste caso, o crescimento deste tipo de receitas não é muito elevado, o que traduz uma estabilidade em termos de tarifário nos últimos anos, mas há sempre umas oscilações que têm a ver com o consumo e têm a ver com as próprias faturações que nós fazemos e por exemplo, neste ano podemos dizer que transitámos quase um milhão de incobráveis nestas rubricas.

No que se refere às receitas de capital, podem verificar que aparece aqui mais uma vez o passivo que é o empréstimo dos sete M€ e o empréstimo dos três M€ este ano, que dá esta oscilação meia esquisita, para quem está a observar este tipo de gráficos, que



normalmente são mais lineares a descer ou a subir, mas como podem ver, aqui em baixo nos passivos financeiros, aparecem naquilo que é a execução dos bens dos passivos financeiros, aparecem os três M€ correspondentes ao empréstimo, que são registados nestas características.

Ao nível da despesa, mantém-se a tendência da descida, principalmente ao nível da despesa corrente, no entanto verificou-se um enorme crescimento na despesa de capital. E porquê? Foi um ano, como eu já disse em que encerrámos muitos dos nossos projetos.

O que se destaca, neste momento, é a aproximação gradual do valor de execução, vejam a diferença nos últimos tempos do valor de execução das despesas de capital, em relação às despesas correntes e é esse objetivo. Iremos tentar continuar diminuir, no entanto a despesa corrente tem sempre uma dificuldade, porque está associada a um conjunto de áreas, que muitas das vezes nem se controlam.

Como podem verificar nós temos vindo a diminuir constantemente aquilo que é a despesa de capital. Naturalmente que há um protagonismo muito razoável da parte das despesas com pessoal. Se verificarem nos últimos anos nós temos vindo a diminuir sempre as despesas de pessoal, isso também corresponde à diminuição dos números dos trabalhadores.

Aqui temos uma variação significativa na parte de abonos e variáveis, mas também isso teve a ver com o facto de este ano termos realizado duas rescisões de contrato com trabalhadores e isso provocou um aumento nesta rubrica, mas de qualquer das maneiras, se repararem, isto significa que a descida do número de trabalhadores corresponde também à descida do valor das remunerações. No entanto está a ter um efeito perverso porque ao mesmo tempo que vamos diminuindo o pessoal e que vamos diminuindo as despesas com o pessoal, vamos ter que ter necessariamente um agravamento das ajudas de custo e das horas extraordinárias, porque a nossa dificuldade em responder às necessidades da Câmara, se vai agravando pouco a pouco e cada vez mais vamos tendo dificuldades em responder sem recorrer a horas extraordinárias.

De qualquer forma, isto está dentro dos valores previstos. Recordo que no final destes documentos, nós temos a Prestação de Contas. No final do Relatório de Gestão, está também o Relatório Semestral que nós enviamos para o Tribunal de Contas por causa da execução do Plano de Saneamento Financeiro e aí vocês poderão ver que nós estamos a cumprir os valores, isto é: os valores não obstante de crescerem, estão dentro do patamar que ainda foram definidos para esta rubrica.

Uma das áreas onde se mantém ainda um enorme protagonismo e este ano assistiu-se a algum crescimento, é precisamente nas transferências correntes para terceiros.

Esta é uma área que a Câmara Municipal tem vindo a diminuir, mas de qualquer forma tem vindo a manter.

Se olharem de forma global para todas estas entidades que aqui aparecem e os valores que elas auferem anualmente, nós temos naturalmente despesas correntes que são essencialmente os apoios para a atividade e depois temos algumas despesas de capital que são despesas ligadas, muitas das vezes, à construção de equipamentos.

Poderemos ver aqui alguns casos: por exemplo estou a ver “Casa de Cultura e de Recreio do Cachão” terminou em 2015 o apoio que demos para a colocação do pavimento sintético de futebol. Estará aqui também a APPACDM, este é o fim do apoio que nós demos também para a construção do novo Lar Residencial e depois as atividades correntes, daquilo que são as associações desportivas, como por exemplo, o Sport Clube de Mirandela.

Aqui apenas estão transportadas e representadas as transferências correntes, como transferências correntes e as que estão registadas na nossa Contabilidade.

Como veem há um decréscimo, este também era um dos compromissos que nós tínhamos ao nível do Saneamento Financeiro, mas também correspondeu à conclusão de alguns apoios que estavam em curso, nomeadamente o Lar do Romeu, os Lares da Santa Casa e de Nossa Senhora do Amparo. Há um conjunto de apoios que nós estávamos a dar, que este ano de 2015 já não aparecem e que irão diminuir este valor de transferências financeiras.

Um dos fatores onde houve este ano uma redução significativa, foi nos juros da dívida, e porquê? Porque para lá dos juros financeiros, terem vindo a diminuir, nós temos renegociado alguns dos empréstimos, nomeadamente a longo prazo, o próprio Saneamento Financeiro, houve uma coisa que fizemos desde 2013 até este momento, que é precisamente renegociar a dívida que nós tínhamos em contratos de pagamento, isto é em planos de pagamento. Se repararem, aqui onde diz outros, nós tínhamos 747 M€ em 2013 e neste momento temos 243 M€. Isto corresponde por um lado ao pagamento da dívida e lógico que esses juros deixam de estar contabilizados, por outro lado corresponde também à renegociação desses contratos, para que seja possível ter valores mais aceitáveis.

Ao nível do auto consumos também, no que é a despesa, tem existido também uma atenção particular e eu dou-vos o exemplo destas três áreas, que são os combustíveis, comunicações e encargos em instalações, em que por exemplo nós temos uma redução gradual, são 122 M€ por ano, que é bastante significativo. Infelizmente não acompanhado pela iluminação pública e iremos ver mais tarde que nós temos tido reduções fortes ao nível do consumo da iluminação pública, consumo quilowatts, mas a verdade é que do ponto de vista daquilo que é a faturação, desde logo começou pela aplicação do IVA a 23%, quando o IVA era a 6% e começou também pelo novo sistema de gestão de contratos.

Desta forma, não obstante, nós neste momento estamos a ser cobrados em menos quilowatts, estamos a ser cobrados em mais quilowatts mais caros. De qualquer forma, se não tivéssemos os sistemas que temos de gestão neste momento, iremos ver isso mais à frente, este valor teria crescido significativamente.

Ao nível das despesas de capital, naturalmente que o protagonismo vai para a aquisição de bens de capital. É lógico que seja isso, são as chamadas obras e neste caso, este ano, repito, mais uma vez os passivos financeiros, era lógico que toda a nossa gestão está traduzida e contabilizada pelo empréstimo a curto prazo, que fica aqui registado.

Seja como for na execução do PPI, este ano tivemos um valor de 72,38, significativamente maior do que o ano de 2014. Se repararem, no ano de 2014 tivemos 47,84, o que significa que crescemos bastante ao nível da execução, um valor interessante no plano de investimentos, algo que não é muito tradicional, muitas das vezes os planos de investimentos reportam aquilo que é o valor da obra.

Como sabem também, nós temos vindo a equilibrar o orçamento, a coloca-lo mais perto daquilo que são as taxas de execução que pretendemos e como tal a execução depois, aproxima-se de valores superiores. Também ao nível do PPI nós fizemos isso e aparece aqui e eu dou-vos o destaque deste valor, que é o valor que está aqui referido a vermelho, que é o valor de administração geral, o valor correspondente à EsACT – Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, são valores de faturação, que temos aqui, só estas intervenções, como podem ver, cada uma delas, a EsACT, 2.560.000,00 M€, a Ecoteca 364.000,00 M€, enfim, todas estas grandes obras, não apresento aqui as maiores, representam uma taxa de execução bastante significativa.

Isso leva-nos para um balanço que este ano se protagoniza por duas situações que eu também destaco. Desde logo houve um crescimento das dívidas a terceiro a curto prazo, pelos autos que pagamos, se bem que esse crescimento que temos aqui representado na área do ativo, foi compensado por uma diminuição em dívidas a terceiros a médio, longo e curto prazo, de cerca de 1,5 M€. Claro que isto se vai traduzir na dívida, mas a verdade é que nós podemos ver aqui, que além disso, também tivemos um ano excecional em termos de provisões.

Hoje as Câmaras Municipais sempre que uma ação judicial é colocada, temos que fazer provisões nesse sentido.

Olhando então para a rubrica da demonstração de resultados, este ano temos um resultado líquido de 690.519,53 M€, como podem ver, afetado essencialmente, porquê, por um crescimento muito significativo dos fornecimentos e serviços de bens externos, tal como eu já tinha transportado anteriormente, as transferências e subsídios que tiveram ao nível corrente, um crescimento também muito significativo, de 2014, para 2015, se repararem, quase de 800.000,00 M€, as amortizações que fazem parte da nossa atividade e as provisões. Repararem, nós num ano, neste ano tivemos provisões que aumentaram quase 1.600.000,00 M€.

Naturalmente que isso se traduziu numa redução dos resultados operacionais, os resultados líquidos no exercício, mas de qualquer forma, são resultados que estão alinhados com aquilo que é a resposta, hoje, à gestão municipal.

Podíamos aqui chamar a atenção a outras questões, como por exemplo na questão do mobilizado ou na questão do património, é evidente que a Câmara Municipal não tem um património de 17 milhões, tem um património superior, mas para isso era necessário que tivéssemos já completamente realizado todo o registo patrimonial, por exemplo o registo do domínio público que ainda hoje não o começámos.

O registo do domínio público anda hoje na ordem dos 300.000,00 M€, enquanto que o domínio público não tem um valor espetável.

Temos vindo a fazer isso anualmente, provocam algumas oscilações as amortizações, mas a verdade é que este é o resultado líquido.

Ao nível do endividamento, que é algo que tem sempre algum protagonismo também nestas discussões de execução, em termos legais e tendo em conta a Lei das Finanças Locais atualmente em vigor, o limite da dívida da Câmara Municipal, neste momento seria 24.773.467,00 M€, de acordo com os cálculos legais, tem sido este o valor.

Nesta dívida desde o ano passado, entra a dívida das chamadas participadas, nos termos dessa legislação e aqui, este ano podemos ver que o valor dessas participadas que entra na consolidação da dívida, são 842.189,00 M€.

Isto representa o quê? Se olharem para este gráfico que também está nos vossos documentos, temos vindo a diminuir a dívida ao longo dos anos recentes, não obstante haver também aqui a introdução da chamada dívida das entidades externas, este ano reduzimos a dívida municipal em 10,7%. Isto dá-nos uma margem de 4.114.000,00 M€, neste momento de nível de endividamento.

Neste limite já podíamos recorrer a endividamento se assim o desejássemos. Naturalmente que não o vamos fazer, mas a Câmara neste momento está 4.114.000,00 M€ abaixo daquilo que é o limite de endividamento e conseguimos uma redução de 10,7% daquilo que é o valor da dívida municipal e se repararem aqui, na dívida das entidades participadas também temos uma diminuição, passou de 1.057.000,00 M€, para 842.000,00 M€.

É de registar que nesta dívida, também a chamada dívida de fornecedores, que é aquela que muitas das vezes preocupa a sociedade civil e a maneira como a sociedade civil funciona, desta dívida 5.724.000,00 M€ é referida a três entidades, basicamente: as Águas do Norte, a Associação de Municípios que é uma dívida de resíduos, porque a Associação de Municípios antigamente, faturava os resíduos à Câmara Municipal.

Desta dívida, se repararem, se lhe tirarmos o valor que está aqui, que se reporta a estas três entidades e que estão neste momento em planos de pagamento de dívidas devidamente registados, foram os tais valores que eu disse que nós renegociámos na dívida e que nos permitiu baixar os juros significativamente, neste momento podem ver a dívida que temos a fornecedores a curto prazo.

Isto demonstra um esforço muito significativo que temos vindo a realizar, mas isso também significa que a Câmara Municipal não está parada.

Esta, de uma forma muito simples, é a apresentação que nós temos das contas, eu gostava agora também, de uma forma rápida e apenas com alguns elementos macro, mostrar-vos dois ou três elementos que estão no Relatório de Atividades.

Eu sei que é um documento algo denso, cheio de fotografias, mas há dados que é importante que sejam vistos, olhados e comentados, porque muitas das vezes esquecemos o trabalho que a Câmara Municipal faz e olhamos só para aquilo que está à nossa frente.

Desde logo um dado importante que tem a ver com a questão financeira, mas que é um dado que me deixa muito orgulhoso. Este é o único caso, é a lista de pagamentos em atraso e no passado, quando tínhamos uma destas situações a vermelho, significava que não estávamos a cumprir os pagamentos em atraso e no mês seguinte eram-nos cativados 10%, automaticamente, das transferências e reparem que isto gradualmente ia crescendo.

Este é um esforço que tem vindo a ser feito na Câmara Municipal e quando digo um esforço, isto pode parecer fácil à primeira vista, mas para manter este quadro verde, não é fácil.

Como digo, eu fico muito alegre que ele seja verde, porque realmente significa que nós temos conseguido manter.

Também podem ver, no final deste gráfico, uma descida muito significativa. Tal como eu disse, tivemos que pagar o empréstimo a curto prazo, no final do ano, que eram três M€. Nós contávamos com as transferências dos Fundos Comunitários, que chegassem

todas até ao dia 31 de dezembro. À boa maneira portuguesa, não foi isso que aconteceu e nós tivemos que ir procurar às nossas receitas, e à nossa capacidade para respondermos e diminuirmos aos pagamentos em atraso.

Como tínhamos este cumprimento feito para trás, foi fácil também chegarmos ao último mês e não cumprimos de uma forma tão elevada.

De qualquer forma, a Câmara Municipal estava coagida a realizar esta redução e neste momento, ultrapassámos largamente o valor de pagamentos em atraso.

Outra questão que também às vezes não é vista com a necessária frieza, tem a ver com o que é o fornecimento da água.

A água não tem qualidade...neste momento os valores que nós temos de incumprimento, andam na ordem de 1,31%. Nós cumprimos integralmente e todos os anos, um plano de prevenção, quer ao nível daquilo que é a água, que é o que está aqui e podem ver aqui em baixo, que é trimestral, quer ao nível das Etars.

Nós temos planos de monitorização e acompanhamento, são realizadas análises, são postos objetivos e como podem ver, nós temos neste momento, níveis de atendimento bastante elevados.

A mesma coisa ocorre ao nível dos resíduos. Há dados interessantes nos resíduos em Mirandela. Desde logo a taxa de cobrimento que temos hoje em dia, que ultrapassa claramente aquilo que são as metas.

Temos vindo a crescer em termos de recolha de resíduos indiferenciados, que é o valor que no fundo nos penaliza mais. De qualquer forma significa que estamos a crescer em termos de taxa de atendimento, sem termos aumentado muito o parque de contentores.

Temos também vindo a aumentar na recolha seletiva. Infelizmente nos últimos anos não é tão fácil, mas reparem, são valores que nos orgulham, significa que as pessoas estão a trabalhar e estão a acompanhar-nos e também temos depois as áreas que não são tão visíveis, mas é interessante saber que recolhemos 30 toneladas de roupas durante o ano passado, aqui em Mirandela, nos nossos contentores e que recolhemos das ruas 307 monstros, o que significa que se recolhe praticamente um monstro por dia.

Ao nível dos serviços do município, é uma área que eu sugiro que leiam com algum cuidado, daquilo que está nos nossos documentos, gostava de destacar duas ou três questões.

Reparem, nós temos 172 computadores de secretária, o que significa como vocês viram que temos cerca de 300 funcionários, temos uma taxa de cobertura que ultrapassa os 50% ao nível de computador, por funcionário. Isto diz muito da tarefa que é feita. Hoje em dia, um encarregado municipal regista toda a informação que se refere ao seu serviço, para poder responder mais tarde, ao nível de planeamento.

Reparem, o GAM, que é o nosso Gabinete de Apoio ao Município, recebe por mês 17.000 pessoas sensivelmente. Estão aqui em baixo os dados, o que somado no final do ano, podem ver o que isso representa. Constantemente estas atividades estão a ser realizadas. E termos vindo a criar plataformas novas, todos os dias, eu destaco aqui o Orçamento Participativo, porque para além de ser um Orçamento Participativo é também realizado com base numa plataforma eletrónica que está ligada à nossa restante modernização administrativa.

Destaco também a gestão de espaços verdes. Muitas das vezes nós não nos damos conta de qual é o alcance que tem em termos de Mirandela, a dimensão dos jardins municipais. Nós temos quase 35 hectares de espaços verdes em Mirandela. Só a parte de espaços mesmo verdes, são 417 canteiros, isto reduzindo o pessoal como vocês viram, vindo gradualmente no sentido contrário.

E vendo aqui, hoje, conseguimos saber também, quantas árvores, que estilo de árvores temos em cada canteiro de Mirandela. Se fizemos um inventário das nossas árvores de todo o concelho, naturalmente que sabemos onde elas estão, como estão, como as tratamos e como as substituímos.

Gostava também de destacar aquilo que é o trabalho que fazem os funcionários municipais ao longo do ano, aqueles funcionários que dão apoio normalmente a atividades locais e não locais e também já agora, dentro deste mesmo conceito, a forma como nós hoje em dia gerimos a Câmara Municipal. Nós conseguimos saber com algum rigor aquilo que é a estimativa dos custos em termos de salários, materiais e tudo o resto, de quanto é que o nosso pessoal executa.

E neste caso, neste ano tivemos 1.038.232 de intervenções realizadas, 715 intervenções e eu permito-me destacar uma que é um bocado confusa, mas a verdade é que ela está cá: Eventos, Cultura e Desporto, 137 eventos. E depois às vezes o nosso pessoal é criticado, por andar daqui para além, não sabemos onde é que eles andam. Reparem, 137 eventos do desporto que foram apoiados, não pela Câmara, já lá chegaremos, foram apoiados pelos funcionários da área de administração direta, isto é: o nosso calceteiro, o nosso serralheiro, o nosso servente, anda na maior parte das vezes a dar apoio a estas atividades e fazemo-lo com muito orgulho, mas é importante que fique registado também o que isso significa.

Isto infelizmente traduzido por um dado, da idade média, neste momento da nossa frota. Neste momento a frota da Câmara tem uma idade média de 15,83 anos, o que significa que daqui a um bocado tem a maioria e vai-se embora de casa porque já não conseguimos suportar e naturalmente que isso é traduzido nos custos de manutenção que irão ocorrer cada vez mais. E reparem que alguns destes custos de manutenção estão a diminuir porque nós abatemos viaturas e a partir do momento em que as abatemos é um custo que deixamos de ter.

Tal como já vos disse também, a Câmara hoje em dia, tem áreas de desenvolvimento interessantes. Se por um lado a iluminação pública cresceu o valor de faturação, ao mesmo tempo estamos com estratégias para diminuir essa faturação.

Reparem, nós temos 37 reguladores de fluxo espalhados pelos vários postos de transformação e têm aqui um exemplo daquilo que pode ser a poupança. 30% apenas em 50% do ano. No caso específico deste caso que foi estudado, 27.000,00 € de poupança e se forem ver também, os valores de consumo, foram reduzidos significativamente.

Este é um trabalho que estamos a fazer gradualmente para conseguir reduzir e esperávamos que o IVA baixasse para 6%, mas tal não vai acontecer, esperávamos que mudasse a legislação. A única coisa que esperamos agora é que mude o contrato com a EDP, porque acontecer talvez durante o próximo ano e possa haver reduções.

Também ao nível dos apoios que nós damos, que não estão tipificados, nós apoiamos, como vocês sabem, intervenções em reabilitação de igrejas, apoiamos reabilitação de casas mortuárias, calcetamentos noutras locais. Enfim, muitos dos que estão aí sentados, sabem bem qual é o nível deste tipo de apoio. Eu dou aqui alguns exemplos, mas certamente quase todos se recordam, que foram convidados para alguma inauguração.

Ao nível da Biblioteca e do Museu, eu gostava de destacar que a Biblioteca Municipal teve registados 60.000 visitantes no ano de 2015 e a crescer. Pelos vistos não estamos assim tão mal.

Também gostava de registar alguns dados que eu penso que são muito importantes.

Só em 2015 tivemos 240 novos leitores, isto é, há 240 pessoas que se inscreveram na Biblioteca e que nessa mesma Biblioteca também começaram a utilizar, sendo que neste momento temos conseguido crescer ao nível dos leitores inscritos. Enfim, os livros emprestados nem tanto, mas repito, são 60.000 pessoas que visitam a nossa Biblioteca, pelos vistos não está tão abandonada como parece.

Ao nível do Museu, também temos tido crescimentos e diminuições, conforme as atividades, mas como podem ver, existem atividades que têm crescimentos elevados, nomeadamente os visitantes normais, com 1.470 que consideramos que é um número bastante aceitável.

Quando falamos de eventos, reparo que este e um dos gráficos que a nós nos penaliza, por um lado, mas beneficia o concelho.

Eu gostava que vocês olhassem para este gráfico de cima e este gráfico tem a ver com o trimestre de 2015, que reparassem aí na parte de baixo. Só vos peço esta atenção.

Daqui deste lado mais escuro, temos o previsto em plano. Isto é, quando começamos o ano já sabemos muito do que vamos fazer. E como digo somos uma Câmara certificada e quando temos isto registado, aliás está registado nos anexos.

E depois temos em 2015, 670 eventos apoiados pela Câmara Municipal ou realizados pela Câmara Municipal.

Há aqui um dado que é extremamente penalizante para nós, que são os extra plano. Reparem: no primeiro trimestre de 2015 tivemos 111 extra plano e temos vindo a diminuir e isto é algo que nós pedimos constantemente que é iniciar o ano sabendo que vamos fazer, havendo uma certa liberdade, estamos a falar de eventos. Mas isto significa também que nós sabemos muito do que vai ser feito e realizado ao longo do ano e de 2014 tínhamos perto de 600 e passámos para 670, quase um crescimento de 100 eventos por ano. Por isso é que os nossos funcionários depois aparecem com aquele protagonismo a apoiar estas atividades.

Ao nível da educação apenas por curiosidade, alguns dados. Fornecemos 74.940 refeições às escolas do primeiro ciclo, 24.980 refeições aos jardins de infância. Temos transportados 197 de pequenos circuitos, 548 grandes circuitos e vejam bem a dispersão dos transportes escolares, que percorrem o concelho todo, vão a todo o lado, temos basicamente, carros a correr o concelho constantemente.

Ao nível da ação social, é uma área em que nós temos vindo a apostar e a trabalhar bastante, nomeadamente ao nível daquilo que é o apoio direto, através do PES – Programa de Emergência Social, através do Regulamento de Apoios Económicos, mas gostava de destacar que no ano passado –temos duas Técnicas no Serviço de Ação Social – foram registados 1.862 atendimentos ao nível de atendimento social.

Estes foram os apoios atribuídos ao nível do que é o Regulamento de Apoios Económicos, estes são os apoios concedidos ao nível do Plano de Emergência Social, com natural destaque para os medicamentos, que tem vindo a crescer, mas de qualquer das maneiras temos também ao nível da água, da luz, do gás e aqui têm o resumo total deste momento, o valor que foi cobrado, não contando isenções reais, contando só apenas efetivos de 172.000 de apoios sociais que a Câmara Municipal atribuiu no ano passado no âmbito destes regulamentos económicos.

Lógico que aqui não está incluído por exemplo o valor que a Câmara depende todos os anos com programas ocupacionais.

E verdade seja dita, estes programas ocupacionais, muitas das vezes não passam de programas sociais, porque se não formos nós a receber, - a Dr.ª *Alzira* está ali sabe isso melhor do que ninguém que nos ajudava muitas das vezes nestas situações – mas a verdade é que nós acabamos por ser os recetores de muitas destas pessoas que têm de recorrer a estes programas e é uma maneira de os apoiar.

Mas também de forma simples, no ano passado recolhemos no âmbito do banco de livros, que muitas vezes nos esquecemos que temos, 2.408 manuais e destes manuais, 595 foram devolvidos às famílias. É uma taxa que queremos aumentar, mas para isso é importante que o Governo comece a estabilizar os dados porque todos os anos somos confrontados com muitos.

De qualquer maneira, uma recolha de 2.408 livros representa uma recolha do ponto de vista da reciclagem e da entrega desses livros, mas também representa do ponto de vista económico, algo que não está valorizado.

Noutras áreas, os percursos pedestres, já me custa quase saber onde não há um percurso pedestre, praticamente em todos os lados existe, mas são casos de sucesso.

O processo do percurso pedestre, eu coloco-os aqui porque hoje em dia têm temáticas diferentes, têm aplicações diferentes, são feitos em diferentes locais, com diversas motivações e consideramos que é uma área de grande sucesso na Câmara Municipal, que também representa bastante empenho da nossa parte, as famosas feiras.

Neste momento vejam quantas Feiras são realizadas em Mirandela e se calhar ainda vão aparecer mais algumas aqui ao longo do ano, trazendo também para o meio rural alguma animação e também algum princípio de animação do ponto de vista comercial de mercados de proximidade que temos vindo a realizar também.

Gostava de destacar aqui o facto de nós hoje realizarmos grande parte do nosso planeamento e do nosso projeto em termos internos, aquilo que podemos e conseguimos.

Neste caso, eu destaco aqui o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Mirandela. Posso-vos dizer que foi aprovado na última sexta-feira, recebemos a comunicação. É um investimento que vai representar em termos brutos, quase 14,5 M€, em termos de FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, 11,5 M€, mas em termos brutos quase 14,5 M€ tem um conjunto de intervenções que aqui estão e o que a mim me orgulha neste quadro que aqui mostro, é a candidatura que fizemos,

também já fizemos a TuaMirandela, mas é o facto de muitas destas intervenções serem feitas hoje pelos nossos funcionários, pela nossa engenharia, pela nossa arquitetura e isso significa que hoje em dia estamos a trabalhar. Vocês podem acompanhar também neste Relatório estas Atividades.

Em termos de atividades desportivas, projetos como Mirandela a mexer, que envolve mais de mil pessoas por ano.

A Semana Europeia do Desporto, havendo em Portugal 89 atividades, só 27 delas estavam em Mirandela e mais uma vez a questão dos eventos desportivos que nós realizamos todos os dias.

O Pavilhão *José Pina*, aqui temos o valor dos acessos que como sabem está constantemente ocupado, 18.000 acessos.

Na Piscina Municipal, eu vou dizer este número devagarinho, nós temos 41.861 acessos/ano. Isto é, nós temos constantemente a piscina a funcionar e nesses acessos temos aqui: Jardins de Infância e Juntas de Freguesia que também trazem os seus idosos à Piscina Municipal, contribuindo assim também, para o envelhecimento ativo.

O novo campo desportivo, só como exemplo, desde o meio do ano passado que está a funcionar e só para um Clube de Mirandela, já representa um apoio de 16.560.00 €, ao nível da sua utilização permanente e constante.

E outras áreas importantes como seja por exemplo a silvicultura preventiva, que é o apoio que nós damos nas limpezas das áreas envolventes das aldeias e das situações que vão aparecendo, que se repararem bem, de 2014 para 2015, aumentámos de 90 para 224 hectares de intervenção.

Este Relatório de Atividades tem alguns anexos, os anexos, do Relatório de Observância do Estatuto Direito de Oposição, o Relatório Anual de Ocorrências, que é o tal relatório onde estão as questões das reclamações, está tudo isso descrito, enfim, o registo das atividades que são feitas pelo Município, que são divulgadas pelos canais do Município, aquilo que são os processos jurídicos em curso, o Plano Anual de Atividades que é onde estão todos os eventos que nós realizamos, aquilo que damos em termos de apoio gráfico, o Relatório de execução do Plano de Prevenção e Risco, Infração e Corrupção e Infrações Conexas e também o portfólio do Festival dos Sabores do Azeite Novo, que nós o colocámos aqui de propósito para que as pessoas possam ver o que ocorre a este nível, só no Festival de Sabores de Azeite Novo, desde o irmos às escolas, o realizarmos os Seminários, desde o realizarmos provas, desde o realizarmos os workshops, desde o fazermos um conjunto de atividades e este portfólio que têm ali, é um bom exemplo daquilo que nós consideramos que é a estratégia que temos para esta área e o número de pessoas que envolve e seria extensivo e exagerado colocar isto no Relatório de Atividades.”

Eu fiz aqui um pequeno resumo, mas considero que é importante que todos olhem para os documentos, os vejam e os analisem e estou à vossa disposição para qualquer questão que seja agora colocada no âmbito do debate.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Depois desta processada informação do Senhor Presidente, a Mesa aguarda inscrições dos Senhores Deputados.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Excelentíssima Vereação, Senhores Membros desta Assembleia.

Quero felicitar o Executivo pela magnífica exposição que acabou de fazer e dizer que fazia falta, para uma boa consciência do trabalho que se faz a nível do Executivo.

Cabe-nos apreciar as contas e é isso que eu vou fazer, alguns esclarecimentos que tinha a perguntar já tenho uma informação, mas de qualquer maneira vou ver aqueles que ainda me faltam esclarecer.

Vou pedir à Mesa o favor de considerar que de acordo com o Regimento, eu tenho direito a duas intervenções, uma agora e outra depois dos esclarecimentos do Executivo.

De acordo com o Regimento, cabe-nos apreciar e votar as contas apresentadas pelo Executivo.

Trata-se de uma apreciação mais política, já que contabilisticamente, o Tribunal de Contas terá que o fazer.

Globalmente, as contas em apreciação, o ano de 2015, apresentam uma taxa de execução superior a 70%, que é bom, face aos dois últimos anos.

Mau grado as receitas correntes e de capital tenham ficado aquém do objetivo, deve referir-se que as receitas provenientes de impostos superaram a provisão em 295.000,00 M€, dado a evolução dos impostos, o agravamento dos impostos.

Assim, pergunta-se o que esteve na base do desvio das receitas, resultantes de transferências, quando se previa um encaixe de quase 23 Milhões de € e se efetivaram apenas 14.224,00 M€.

No que respeita aos juros e encargos já tenho esclarecimentos, não tenho mais nada a perguntar. Estava surpreendido com um desvio tão grande entre 1.230.000,00 Milhão € de provisão e depois uma despesa efetiva de 690.000,00 €, mas já estou esclarecido.

No que respeita a provisões para processos judiciais, foram acrescidas em 1.657.000,00 €, situando-se neste momento um saldo final em 2.952.000,00 Milhões €. Também já tenho esclarecimento, uma vez que se trata de obrigação legal. Deve haver aí situações graves que têm que ser contempladas.

Quanto ao Quadro 14, do Relatório de Gestão, refere a dívida total das entidades participadas em 842.000,00 M€.

Tomando por base o ponto 8.2.16, a páginas 52 do Relatório de Contas e citando apenas as participadas com prejuízos, nas empresas AIN - Agro Industrial do Nordeste, Hospital Terra Quente e a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, são considerados os exercícios de 2014. Porque não foram considerados exercícios de 2015? Quais os montantes efetivamente considerados?

Note-se que faz parte das competências, pelo Regimento desta Assembleia, n.º 2, alínea b), apreciar o resultado da participação do Município, nas empresas locais e quaisquer outras entidades.

Numa breve análise das transferências correntes e de capital, ao nível da despesa, observa-se que a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana foi alvo de uma transferência de 788.000,00 M€. Qual a articulação possível no sentido de aproveitamento das sinergias entre a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e a CIM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Muito obrigado Senhor Presidente.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:**

Boa tarde Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A minha intervenção, no fundo, a excelente apresentação do Senhor Presidente da Câmara esvaziou completamente a minha intervenção. De qualquer maneira eu vou lê-la e exoligar dentro do possível, por forma a que, nunca é demais, duas vezes...pode ser que agora tire algumas duvidas a algumas pessoas que ainda ficaram com elas.

“Na sequência dos comentários que aqui proferi na discussão do Plano de Atividades do ano de 2015, afirmei que as contas do ano de 2015 tenderiam para um valor bastante elevado das taxas execução quer das arrecadações das receitas quer das despesas correntes.

Com efeito, para além de se terem verificado as melhorias nestas taxas, registam-se também alterações positivas em quase todos os indicadores económicos/financeiros, desde a análise Orçamental até à promoção dos Planos Estratégicos de Ordenamento do Território.

Quanto à Análise Orçamental, vejamos os seus valores:

Orçamento de Receitas

Receitas correntes cerca de -18.224.000 €.

Receitas de capital cerca de -7.600.000€.

A Taxa de execução Global das Receita -72,6%, o que é extraordinário. É a primeira vez, à exceção do ano de 2013, que se atingiu uma taxa de execução tão alta.

Em relação às despesas, verifica-se também uma diminuição nas despesas, em relação ao ano anterior:

Orçamento de Despesas:

Despesas correntes cerca de -15.046.000 €

Taxa de Despesas de Capital cerca de -11.020.000 €

A Taxa de execução Global das Despesas -71,6%

(Valores nunca então atingidos, exceto em 2013 aquando se recorreu ao um empréstimo de mais de 7 milhões de euros com a adesão ao Plano de Saneamento Financeiro).

È interessante que vocês peguem nestes valores e verifiquem aquilo que já foi bem frisado pela apresentação que o Senhor Presidente fez, relativamente ao destino que tiveram as receitas correntes. Houve a deslocação de 3.420.000,00 Milhões €, para as despesas de capital.

Houve uma parte significativa da aplicação de fundos, nas despesas de capital, que tiveram origem nas receitas correntes, ou seja, parte do montante recebido teve o destino do investimento produtivo, gerador de riqueza e de mais emprego e dotou o concelho de mais estruturas capazes de responder às exigências atuais.

Apresentados os números reparemos no seguinte:

Arrecadamos 18.224.000 Euros em receitas correntes e tivemos 15.046.00 euros em despesas correntes, ou seja, há um diferencial a favor da arrecadação de receita de 3.178.000 de euros.

Reparem agora o que se passou com as Receitas e com as Despesas de Capital:

Receitas de capital cerca de 7.600.000 euros

Despesas de capital cerca de 11.020.000 euros

Diferencial a favor das despesas de capital cerca de 3.420.000 euros.

De salientar que uma parte significativa da aplicação de fundos nas Despesas de Capital, tiveram origem nas Receitas Correntes. Ou seja, parte do montante recebido teve como destino investimento produtivo, gerador de riqueza, de mais emprego e dotando o concelho de estruturas capazes de responder às exigências atuais.

Ao nível das Despesas Correntes verificou também uma redução, fruto de redução de rubricas de gestão corrente de um modo geral e da diminuição das Despesas com Pessoal em razão de se terem desvinculado alguns trabalhadores por via da sua aposentação.

Saliente-se também que este desiderato foi alcançado, respeitando os constrangimentos impostos pelos requisitos legais, desde a Lei os Compromissos e Pagamentos em Atraso, pelas restrições delimitadas pelo Orçamento Geral do Estado e pelos compromissos assumidos no Plano de Saneamento Financeiro.

Em suma, sem entrar em grandes detalhes, se pode concluir do bom desempenho da execução financeira.

Respeita a regra do equilíbrio orçamental, centrada na correspondência Receita Corrente e Despesa Corrente, originando saldos correntes e taxas de execução bastante superiores às do ano anterior.

Análise Patrimonial.

Balanço

Comparativamente com o ano anterior, os resultados obtidos registam um ligeiro aumento do Ativo Líquido, sobretudo, em razão da Dívida de Terceiros e dos Resultados Transitados.

No que respeita ao Passivo, é de evidenciar que as Dívidas a Terceiros reduziram em 1.500.000 euros. Embora o montante das Dívidas a Terceiros seja ainda significativo, - recorda-se que mais de 5.700.000 euros, são devidos à Aguas do Norte, Resíduos do Nordeste e Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, cujo pagamento está a ser efetuado de acordo com os planos definido entre as partes.

Demonstração de Resultados.

Os Resultado Líquido do Exercício foi inferior ao do ano anterior, sobretudo devido ao aumento do:

- Fornecimento e Serviços Externos (influenciado pela mudança do Iva de 6% para 23% nos custos com a eletricidade-notem. Não ocorreu aumento de energia. O que aconteceu foi a mudança do Iva);
- Ao aumento do valor das provisões em mais de 1.100.000 euros.
- Ao aumento das amortizações no montante de 208.000 euros.

Se não fossem estas alterações, o confronto entre os custos e perdas e os proveitos e ganhos, o Resultado Líquido do Exercício seriam significativamente superiores aos do ano anterior.

Saliento também, a diminuição dos Custos com Pessoal, em cerca de 400.000 euros.

Relativamente ao Nível de Endividamento.

Pese embora o facto do novo Regime de Financiamento das Autarquias Locais, ter inserido diferenças significativas no cálculo da dívida total do municípios e o Plano de Saneamento Financeiro prever uma margem de 4.137.800 euros, foi possível no final de 2015, atingir um valor da dívida inferior ao limite legal em 4.114.103,00 €, o mesmo é dizer que aumentou a capacidade legal de endividamento da autarquia. Sendo que, podendo a partir deste ano, recorrer a novos empréstimos bancários, por exemplo, e recuperando sobremaneira do estrangulamento financeiro que vivemos no passado.

Quanto ao Plano de Saneamento Financeiro a dívida do empréstimo de 7.600.000 euros, neste momento é cerca de 6.697.000 euros . Ou seja: foi possível reduzir também mais de 900.000 euros a esta dívida.

No que respeita à Dívida total do Município resultantes de empréstimos a Curto, Médio e Longo Prazo, o valor amortizado foi próximo de 1.400.000 euros.

No respeitante às várias atividades, ações, planos, projetos apoios financeiros, etc. etc. desenvolvidas que durante o ano de 2015 foram:

Obras concluídas

- Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo.
- Museu da Oliveira e do Azeite.
- ECOTECA.
- Complexo Cultural.
- Campo Desportivo da REGINORDE.

Destacar o apoio à sociedade civil, em vários milhões de euros em Despesas Correntes de Capital e logísticas, como seja:

- Na Campo desportivo
- No Campo social
- E Campo religioso

Nomeadamente:

- A Várias associações Culturais, Desportivas e Recreativas.
- APPACDM
- Quartel dos Bombeiros de Torre dona Chama.
- Lar do Romeu.
- Reabilitação da Sede da Associação de Socorros Mútuos, entre outras de grande importância para todos nós.

Destaque também para as diversas atividades desenvolvidas através dos vários serviços.

Exemplos:

- GAM cerca de 17.000 atendimentos anuais;
- Manutenção e conservação em ótimo estado de conservação, cerca de 35 hectares de espaços verdes que embelezam e atraem muita gente à nossa cidade e à nossa região;
- Atendimento de cerca de 132.000 acessos à Piscina Municipal.
- Na Biblioteca, a propósito de um dado que eu vi de manhã, queria dizer que o ano passado tivemos cerca de 64.000 participantes, o que significa que a Biblioteca está muito mais ativa do que aquilo que foi dito hoje de manhã, por uma colega do CDS/PP, *Fernanda Ferreira*.

Entre outras, Como por exemplo:

- Apoios aos vários eventos promovidos pela sociedade civil, pela Câmara Municipal e pelas Juntas de Freguesia - que de 2014 para 2015 passaram de 588 para 670 eventos. Ou seja um aumento de 18%.

Como podem verificar, o volume e as inúmeras atividades e apoios prestados, consomem muitos recursos, sejam eles materiais ou financeiros e de pessoal operacional.

As “coisas” não surgem feitas, como se nascessem por *geração espontânea*. Elas existem, porque há organização, trabalho, dinâmica e dedicação de todos os recursos humanos e aplicação de recursos financeiros da autarquia.

Dizer também que:

Ao Nível do Planeamento e Ordenamento do Território.

- A Conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal - Elemento essencial no desenvolvimento sustentado do concelho;
- A constituição de 2 áreas de Reabilitação Urbana.

Foram ainda promovidos os Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano:

- O Plano Municipal de Mobilidade Sustentável
- O Plano de Ação para Intervenção em Comunidades Sustentadas.

Estes planos são indispensáveis do ponto de vista estratégico e de competitividade no âmbito do Novo Quadro Comunitário – Portugal 2020.

Finalmente, gostaria que atentassem no número e montantes gastos, pela camara Municipal, nos apoios sociais a famílias carenciadas que infelizmente vivem com dificuldades tais, que, estou seguro, passam ao lado da maioria de nós. Só lendo o relatório nos apercebemos da dimensão da tragédia que se abateu sobre muitas pessoas.

Finalmente uma palavra de agradecimento a todos os Trabalhadores e dirigentes da Camara Municipal por todo trabalho realizado, quer do ponto de vista físico/material quer do ponto de visto formal/ administrativo e, por que não dizer-lo, a todos os mirandenses, pela compreensão e pelos sacrifícios que todos fazemos diariamente pela nossa terra.

Porque só mantendo com grande empenho, capacidade e inteira disponibilidade, esta luta constante da procura da excelência, é possível continuar a merecer a Certificação em Qualidade, atestado que a todos honra, demonstrando clara e distintamente que somos, de facto, uma nobre Princesa no Reino de Portugal.

Nestas circunstâncias e por razões óbvias, o PSD votará a favor da Prestação de Contas do ano de 2015.”

Muito Obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Eu julgo que o Senhor Deputado *Faustino Cunha*, apresentou pelo menos três questões.

A primeira questão tem a ver com a diferença da receita. A diferença da receita, se for verificar ao mapa de execução, é fácil demonstrá-la, onde diz: “Estado - Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados”, a diferença é suficiente, já quase para cobrir o valor, isto é o valor que estaria espetável. Depois há outras diferenças noutros sítios, mas essas são pontuais. Esta é a principal.

Como disse também, houve várias coisas que foram executadas no final do ano, que não foram transferidas e há sempre uma diferença entre o que candidatamos e o que não está.

Em relação à apreciação das contas das entidades participadas, as entidades participadas estão neste momento a aprovar contas e nós temos que apresentar isto muito antes.

Eu, neste momento não posso apresentar contas de 2015. Aquilo que fazemos, é, agora em julho apresentar a consolidação de contas com a AIN e com o METRO, que são as entidades detidas em valor maioritário e depois, nós o que temos feito é acompanhar essa Assembleia informalmente, com o fornecimento dos documentos dessas sociedades, porque essas sociedades estão todas a terminar agora a aprovação das suas contas, por isso é impossível, nós neste momento coloca-las aqui.

A Ata será assinada na próxima semana, por isso as contas estarão disponíveis na próxima semana.

Na realização da Prestação de Contas, não podemos colocar ainda esses documentos, porque são documentos que não estão aprovados pelas assembleias. Elas aparecerão sempre com um ano de diferença. As de 2015 aparecerão nas contas de 2016, estou a excluir o Metropolitano e a AIN, que serão aqui consolidados no mês de junho.

Em relação à Associação de Municípios, mostrei que temos dois tipos de transferências para a Associação de Municípios.

Uma transferência que tem a ver com o pagamento de uma dívida da câmara Municipal, já muito antiga, que se refere a resíduos, porque antigamente os resíduos eram faturados pela Resíduos do Nordeste à Associação de Municípios e a Associação de Municípios faturava à Câmara Municipal. E esta é uma das contas, por isso é que tem este valor que tem vindo a ser diminuído, como digo temos um plano de pagamento devidamente legalizado. Se forem ver àquela relação que tem todos os fornecedores em atraso, a partir de certa altura aparece lá a Associação de Municípios, para aí com duas folhas ou três, que são os valores correspondentes ao plano de pagamentos.

E depois temos um valor que tem a ver com o pagamento do empréstimo que foi contraído pela Associação de Municípios, pelos cinco municípios para a construção da fibra ótica, são despesas de capital que nós pagamos um valor mensal e depois temos o valor que pagamos mensalmente para a manutenção da Associação de Municípios.

Às vezes há projetos comunitários que fazemos em conjunto, mas em bruto, são estas três componentes.

Isto para dizer, que esta componente que tem a ver com a manutenção da Associação de Municípios, tem a ver com os trabalhos que tem realizados, eu posso dar aqui um exemplo, as escolas que vão ser intervencionadas em Mirandela, de primeiro ciclo, o projeto está a ser feito na Associação de Municípios. O valor desse projeto será contabilizado naquilo que a Associação de Municípios tem que nos prestar serviços.

Os servidores informáticos da Câmara Municipal, hoje estão todos no chamado Data Center da Associação de Municípios. São geridos, são acompanhados, são tratados por nós, mas são eles que fazem essa manutenção.

No âmbito da CIM-TTM, o que está previsto é continuar o que já aconteceu na CIM anterior.

A Associação de Municípios, na CIM anterior, fazia um trabalho de validação documental de um conjunto de etapas dos fundos comunitários contratualizados, ou seja, há valores que são atribuídos às CIM's, que as CIM's gerem e no caso anterior, como havia três associações de municípios, Terra Quente, Terra Fria e Alto Tâmega.

A Terra Fria ficou com as aprovações, o Alto Tâmega ficou com os pagamentos e a Terra Quente ficou com as consolidações e com os autos. Dividiu-se o trabalho e depois com esse dinheiro e cada funcionário era afeto a esses serviços para que no fundo fossem retribuídos.

A Associação de Municípios hoje tem um papel importante e tem também o papel do apoio técnico, que se for contabilizado, dá perfeitamente para pagar estes custos. Quanto à dívida, não tenho nada a dizer, estamos a pagá-la e assim continuaremos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

A Mesa cometeu aqui um equívoco, porque havia uma inscrição do Deputado *Dinis Veiga* e demos a palavra ao Senhor Presidente, peço desculpa.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras, realmente nós somos os primeiros! Somos os primeiros conhecidos pelo NEDAL – Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais, na prática que temos na nossa Assembleia Municipal, somos os primeiros a apresentar desta maneira a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades.

Louvo o Senhor Presidente pela iniciativa e só lhe peço uma coisa: Deve continuar com este método, quer no Plano de Atividades, quer no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e determinados assuntos que devem ser apresentados desta maneira.

“Relativamente a este ponto, quero realçar que todos os documentos apresentados, refletem uma objetividade na demonstração de toda a atividade da Câmara Municipal, reduzindo assim o espaço de manobra política de que alguns gostam.

Para isso contribuíram todos os funcionários que colaboraram na feitura de todos os documentos, bem como o executivo em funções, que planificou, estabeleceu objetivos e executou.

No entanto não posso esquecer e de realçar outros funcionários que executaram com perfeição o que estava planificado e por vezes contribuindo com o seu saber já adquirido na resolução de problemas que diariamente vão surgindo.

Mas também é justo referir que todo este trabalho teve uma grande participação dos Senhores Presidentes de Junta, que em contato diário com as populações vão resolvendo os problemas nas suas freguesias, contribuindo assim para o bom resultado de 2015.

A população do concelho reconhece o bom trabalho feito por este conjunto de mulheres e homens e que não se enganaram quando lhe entregaram o seu voto.

A todos o grupo parlamentar do PSD, presta a sua homenagem e agradecimento.

Referindo-me especificamente aos documentos de contas de 2015, saliento alguns pontos:

- Receita de 2015 foi de 26.454.441€ ou seja 72,64% do orçamentado e que comparado com 2014 teve um aumento de 3.294.666€;
- Despesa de 2015 foi de 26.065.688€ ou seja 71,57% do orçamentado.

Se repararmos a despesa é inferior à receita, cumprindo integralmente o que a lei diz: “despesa igual ou inferior à receita.” Se o país fizesse assim como a autarquia de Mirandela, não estávamos no buraco em que estamos.

Mas podemos ainda constatar que se transferiu das receitas correntes para a despesa de capital, ou seja em linguagem corrente, poupou-se nos gastos e aplicou-se em investimento

A dívida total em 31/12/2014 era de 24.773.467€ e em 31/12/2015 é de 20.659.364€ ou seja inferior ao seu limite total de cerca de 4.114.103€.

Nas transferências Correntes e de Capital concedidas às diversas entidades do concelho em 2015 foram de 2.168.517€.

Chamo a atenção da Assembleia para este ponto, em 2015 foram pagos em apoios sociais 172.000€ sendo 20.000€ em medicamentos.

Como se verifica esta é uma equipa que sabe planificar com objetivos bem definidos, executar e com sentido social.

Com números de execução desta grandeza é difícil a alguma oposição arranjar argumentos para votar contra. Por isso estranho o voto do vereador do PS, que só entendo como uma posição política. Tem o seu direito, mas a eficácia é nula, quando chegar a altura outros serão escolhidos.

Quanto ao Plano de Saneamento Financeiro, a execução das medidas relativamente às metas estipuladas para 2015, foram praticamente todas executadas.

Relativamente à obra física, além do trabalho fixo, como transportes escolares, refeições escolares e manutenção de equipamentos e outros que são diários e muitas vezes as pessoas ignoram esses custos, mas representam no total elevados encargos.

Relativamente a obras concluídas temos a ECOTECA, O COMPLEXO DESPORTIVO DA REGINORD e COMPLEXO CULTURAL, mas ainda se deve referir apoios para :

- Lar Residencial da APPACDM;
- Quartel dos Bombeiros de Torre d:Chama;
- Lar do Romeu;

- Reabilitação da sede da Associação dos Socorros Mútuos.

Mas ainda temos obras que durante o ano de 2015 sofreram um grande volume de investimento, como seja o Quartel da GNR da Torre D. Chama e a Escola Superior de Comunicação Administração e Turismo, já concluída em 2016 e inaugurada.

Relativamente a esta obra, devo dizer que foi uma medida de grande alcance, que alguns pseudointelectuais tentam desvalorizar a medida em proveito do partido que representam ou outros fins que nós desconhecemos. *Foi uma medida que fixou em Mirandela o ensino Superior, pois se assim não fosse mais ano menos ano regressaria a Bragança.*

Esses senhores dizem que o executivo só contribuiu com 750.000€ e não com os 5.000.000€ que foi o custo da obra, baseando-se nos 15% que a Câmara comparticipou, pois os outros 85% vieram da ON2, mas omitiram intencionalmente outros dados que conhecem pois não lhe são favoráveis.

Mas eu vou-lhes recordar:

- De quem era o terreno onde foi implantado o edifício? Da Câmara e que tinha um determinado valor que deve ser contabilizado;
- Qual era o valor das taxas de construção que a Câmara isentou? É um valor que deve ser contabilizado.
- Qual era o valor das infraestruturas que servem o edifício e a Câmara isentou? Também deve ser contabilizado.

Mas a parte que não devemos deixar de referir, pois ela é a parte principal de tudo isto é que quem se candidatou a esses fundos foi a Câmara, pois o IPB não podia. Esses fundos foram atribuídos à Câmara Municipal de Mirandela que prescindiu deles, podendo fazer outras obras ou completar outras e canalizou todo este investimento para essa obra.

Os senhores sabem disso, mas omitem-no. Os eleitores sabem que essa obra existe, porque foi o atual executivo que tudo fez para se concretizar.

Senhor Presidente e senhores vereadores em permanência, nestes dois anos foi a melhor e mais importante decisão que tomaram. O grupo parlamentar do PSD congratula-se com esta e outras decisões que contribuam para o desenvolvimento do nosso concelho.

Para terminar, o grupo parlamentar do PSD, vai votar favoravelmente a Prestação de Contas do ano de 2015 e espera que o executivo continue a trabalhar para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho.

Muito obrigado pela atenção.”

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, meus Senhores e minhas Senhoras, de acordo com a solicitação regimental, em relação aos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, quero dizer que concordo, só que fui induzido em erro na medida em que vi aqui que a Assembleia Geral do metropolitano Ligeiro de Mirandela foi no dia 30 de março, que a Assembleia Geral das Águas do Norte foi no dia 31 de março, a Assembleia Geral da AIN foi no dia 11 de abril e a Assembleia Geral do Matadouro do Cachão foi no dia 11 de abril também, por essa razão pensava que já estavam todas contempladas. Aguardo para junho.

No que respeita à questão levantada da AMTQT e a CIM-TTM, é evidente que o CDS/PP não pretende extinguir uma ou outra, uma é legal, é imposta por lei e a outra quiseram associar-se, por isso eu não posso aqui interferir, a questão que eu levantei era:

Que sinergias eram possíveis de se implementarem, de modo a evitarem-se duplicação de funções, ou nesse sentido, porque de resto, tudo bem.

Congratulo-me, como já me tinha congratulado, porque a taxa de execução do Orçamento era superior aos dois anos anteriores e lembra o meu amigo *Humberto Cordeiro*, de eu ter defendido nesta Casa que uma taxa de execução superior a 50% era muito bom, mas ainda bem que o *Humberto Cordeiro* agora está mais atento a estas coisas.

Em relação à tendência de voto do CDS/PP, recordo que o CDS/PP na apresentação deste Orçamento votou contra, considerou que não era o seu Orçamento e hoje penso que se vai abster, na medida em que aceita que fizeram o que era possível, mas que ainda não foi feito aquilo que seria o nosso Orçamento.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, em relação à pergunta do Deputado *Faustino Cunha* em relação à CIM-TTM gostava de dar mais um esclarecimento, a CIM-TTM hoje não tem recursos, o único recurso que a CIM-TTM tem é o Secretário Executivo, todos os outros recursos são recursos partilhados das Associações de Municípios, neste momento a CIM-TTM não tem recursos concretos e o objetivo é que a CIM-TTM funcione como uma estrutura baseada nas presidências municipais e no Conselho Diretivo, todo o suporte administrativo é feito pelas Associações de Municípios.

Em relação às Assembleias das empresas participadas, e realização de uma assembleia implica a realização de uma ata, por isso é necessário primeiro recolher assinaturas e só depois de a ata estar devidamente assinada é que esse documentos podem ser fornecidos.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 37 votos a favor (35 dos membros do PSD e 2 dos membros CDS/PP) e 12 abstenções (6 dos membros do PS e 6 dos membros do CDS/PP), aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2015, da Câmara Municipal.

4.3 – Inventário 2016.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 18 de abril de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 - Aprovar o Inventário de 2015, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- 2 - Submeter o referido documento à respetiva avaliação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Inventário de 2015, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4.4 – Proposta de Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego do Município de Mirandela – Iniciativa “Emprego Já”.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 04 abril de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego do Município de Mirandela – Iniciativa “Emprego Já”**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas Rui Sá (PSD) disse:**

Senhor Presidente, reitero os cumprimentos apresentados na outra minha intervenção.

“A proposta de Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego - Iniciativa “Emprego Já, surge da necessidade identificada pela CM, através do GAEE (Gabinete de Apoio à empresa e Empreendedor) e pelo GIP (Gabinete de Inserção Profissional) de encontrar mecanismos que permitam combater o flagelo do desemprego e que potenciem as economias locais e regionais de forma sustentável e duradoura.

Surge também na sequência de medidas de alavancagem que a CM leva à economia local. Disso são bons exemplos os “Regulamentos de Incentivo ao Comércio Tradicional e de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de Interesse Municipal”. Ambos os diplomas sustentam a atribuição de apoios em critérios e objetivos dos quais se destaca a criação de postos de trabalho.

Vou dar um exemplo da aplicação no terreno da campanha “Comparar no Comércio Tradicional” levada a cabo ainda há bem pouco tempo, no período Pascal, a coberto do Regulamento de Incentivo ao Comércio Tradicional, em boa justiça se pode dizer, Sr. Presidente, foi um sucesso!

Bom...! mas a abordagem neste ponto é do “Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego Iniciativa “Emprego Já”, balizado pelo Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego, abreviadamente designado por RICE.

Com este regulamento pretende-se, como o próprio nome indica, regulamentar mais uma medida de alavancagem à economia local, com objetivos bem definidos:

Prestar apoio financeiro a empregadores que celebrem contratos de trabalho sem termo, isto é, a tempo completo com desempregados inscritos no Serviço de Emprego de Mirandela, com criação líquida de emprego.

Quem são os destinatários desta medida, entre outros (...), permitam-me destacar os seguintes:

- Vítimas de violência doméstica;
- Que integre família monoparental;
- Pessoas com deficiência e incapacidade;
- Ex reclusos; e Toxicodependentes em processo de recuperação.

De que forma é prestado este apoio:

Apoio financeiro de 1000 € por cada trabalhador com contrato sem termo a pagar em duas fases:

- 50% na celebração do contrato; e
- Os restantes 50% após o decurso não inferior a 12 meses.

O montante acima referido 1000 € pode ainda ter uma majoração de 20 % se reunir determinados requisitos, a saber:

- Desempregado há pelo menos 12 meses consecutivos;
- Jovem à procura do 1.º emprego;
- Com idade < a 30 ou > a 55 anos;
- Cujos cônjuge com quem viva em união de facto se encontre igualmente em situação de desemprego;
- Com deficiência e incapacidade.

No decorrer do mandato este executivo tem vindo a fazer uma aposta muito consistente também nesta área, tem tido uma estratégia global de apoio direto ao tecido económico. Só nesta medida se for utilizada a verba inscrita no orçamento de 2016, 50.000 €, estamos a falar de apoio a 100 postos de trabalho. Se existem dúvidas ficam mais uma vez dissipadas!

Bem, poderão sempre dizer que é pouco!

Mas,

- que meios temos têm as autarquias para continuar a dar apoio a centenas senão milhares de desempregados que se registam no nosso concelho?

- que meios temos nós para convencer a banca a apoiar as empresas evitando encerramentos e falências?

- como podemos nós manter o investimento público se a Administração Central reduziu as transferências financeiras?

Na verdade, pouco se pode!

Mas, pela nossa parte, continuaremos a nossa missão de levar por diante o que podemos governar com verdade, com rigor, com respeito e pelos valores da cidadania.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, resta pois, em nome do grupo parlamentar do PSD, congratularmo-nos com apresentação deste Regulamento e com a implementação desta medida “Emprego Já”, no qual nos revemos e por isso vamos votar favoravelmente, fazendo votos, à semelhança dos Sr. Vereadores que o aprovaram por unanimidade na reunião de Câmara, também aqui os restantes grupos parlamentares possam fazer o mesmo e votem favoravelmente este Regulamento.”

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, gostava de dizer que este Regulamento vem no sentido de um trabalho que temos vindo a realizar, esse trabalho tem sido feito também com a colaboração do IEF – Instituto de Emprego e Formação Profissional, temos também o GIP – Gabinete de Inserção profissional, como unidade de atendimento, mas também vem no seguimento do trabalho que o GAEE – Gabinete de Apoio à Empresa e Empreendedor, tem vindo a realizar nos últimos tempos.

O nosso objetivo é que hajam novos postos de trabalho em Mirandela, de realçar que grandes iniciativas de emprego não estão incluídas neste Regulamento, mas as pequenas iniciativas estão e estas pequenas iniciativas contam e neste momento já temos 17 novas lojas comerciais criadas em Mirandela, com o Regulamento de Apoio ao Comércio, isso significa 17 novas portas abertas e pelo menos, 17 novos postos de trabalho.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego do Município de Mirandela – Iniciativa “Emprego Já”.

4.5 – Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18 de abril de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a 1.ª Revisão Orçamental de 2016, elaborada para inclusão do Saldo apurado na Gerência de 2015 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos;**
- 2 – Submeter o referido documento à votação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão Orçamental de 2016, elaborada para inclusão do Saldo apurado na Gerência de 2015 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela José Eduardo Almeida (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, caríssimos colegas de Bancada, público aqui presente, muito boa tarde.

Informo que a Comissão de Festas de Nossa Senhora da Encarnação, começou há dias com um momento cultural, uma conferência intitulada “Ano da Misericórdia”. Foi realmente um grande momento cultural, com o Salão Nobre da Câmara Municipal repleto de gente e foi uma noite fantástica que tivemos ocasião de assistir.

Dizer também que nos dias 29, 30 de abril e dia 1 de maio, se vão realizar as Festas em Honra de Nossa Senhora da Encarnação, com o normal jantar e arraial e no domingo, dia 01 de maio, com a solene Procissão em Honra de Nossa Senhora da Encarnação.

Estão todos convidados, para participar nestas Festas. Muito obrigado.

----- A Senhora Deputada Municipal, *Fernanda Ferreira* (CDS/PP) disse:

Exmo. Presidente, Senhores Membros desta Assembleia Municipal, antes de dar início ao tema que trouxe aqui, deixem que dê os parabéns, a quem decorou os espaços, quer do Palácio dos Távoras, quer este Auditório, com uns arranjos lindíssimos, que abrilhantaram e nos proporcionaram um ambiente agradável, neste que para nós foi um dia longo, mas rico em demonstrações da vivacidade desta cidade, no que diz respeito às da liberdade e da cidadania.

Não me considero lamechas, nem penso que só se deve falar de coisas negativas, antes pelo contrário, sei reconhecer o que é feito neste Município a nível cultural, sou pessoa atenta a esse tema.

Muitas seriam as atividades que gostaria de assistir se não fossem em horário laboral, mas Senhor Presidente e Senhores Deputados, a quantidade é um fator importante, mas não suficiente.

E a nível cultural, tenho de louvar o trabalho que está a ser desenvolvido na Torre de Dona Chama, com o apoio e mérito do Presidente da Junta e de um grupo de cidadãos que se associaram, de forma inovadora, criativa, arrojada e que serão capazes de encher um espaço que terá de ser repensado, se a qualidade das iniciativas continuar a aumentar.

Depois de no dia 20 de dezembro de 2015, ter realizado as “Primeiras Jornadas do Património Material” subordinadas ao tema “Rituais de Inverno”, as Jornadas do passado dia 17 de abril, dando desta vez atenção ao Património Material da Torre de Dona Chama e o mais importante monumento nacional do concelho de Mirandela, a Ponte da Pedra, foram de uma qualidade que há muito não havia por estas terras transmontanas e direi mesmo fora delas.

A Torre de Dona Chama já tem, com alguma responsabilidade minha, deixem que diga, dois hinos, “Sei que me Chama” e agora uma música também para a Ponte de Pedra, da autoria dos meus amigos *Paulo Rodrigues* e *Ana Silva*, que mesmo não sendo de Mirandela percorrem quilómetros, para animar e dar cor a iniciativas culturais por mim desenvolvidas e agora também às atividades desenvolvidas na Torre de Dona Chama.

Aproveito também este momento, para dizer que me voluntariei para dinamizar o Dia Internacional dos Museus, este ano dedicado ao tema Paisagem Cultural e que o Executivo aceitou, voluntariei-me eu, *Fernanda Ferreira*, enquanto pintora e com o gosto pela promoção de uma região e de um património que muito gosto, eu, pintora *Fernanda Ferreira*, que no passado mês de fevereiro expus na Casa do Careto em Podence, uma coleção de trabalhos com o tema: “A outra Face do Careto”, que recebeu críticas muito positivas, de quem percebe da área e que espero que possam ver brevemente exposta noutros locais do nosso país.

Assim e neste sentido, durante o mês de maio, no nosso Museu Municipal, irá estar patente uma exposição da minha autoria, desta vez subordinada ao tema: “O Olival enquanto Paisagem Cultural” e que no dia 18 de maio, irá decorrer uma atividade no Museu Municipal, porque é esse o Dia Internacional dos Museus, que atempadamente será dada a conhecer.

Aproveito este momento para convidar todos os presentes, as suas famílias e amigos, a participar nas diversas atividades que irão decorrer ao longo deste mês de maio, que também é o mês da Cidade e o mês que se comemora o Dia da Mãe, com tudo que a palavra Mãe encerra.

A multifuncionalidade do olival e o que o olival encerra para além do simples ritual da apanha da azeitona, é o que vos convido a ver, nesta que será uma exposição que foi pensada e construída a pensar na região transmontana em geral e em Mirandela de forma particular. Logo que seja possível, será enviada informação mais detalhada.

Obrigada desde já pela vossa atenção e pelo carinho que recebo a cada nova iniciativa que me proponho a realizar.

----- A Senhora Deputada Municipal *Odete Ferreira* (PS) disse:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia e todos os restantes Membros aqui presentes.

Há um assunto que não sendo novo, gostaria de chamar novamente à colação, que é a questão do desmoronamento de partes de casas da cidade, da dita “cidade velha” e concretamente muito bem perto da Câmara Municipal, no Largo do Terreiro, ainda recentemente com estas chuvas, caiu mais uma parte de uma casa, por acaso caiu para o interior e não para o exterior, onde habitualmente se encontram estacionados bastantes carros.

Eu sei que a Câmara e quando falo na Câmara e outras entidades relacionadas com a questão da segurança, não têm uma “varinha de condão” para minimizar estas situações, de qualquer maneira atendendo a que implica cidadãos, bens e bens pessoais, terá que ser feita alguma coisa de facto, concretamente e relativamente a este último desmoronamento, sei que a Câmara delimitou a área com fitas, mas não chega, o que pudermos fazer para agilizar, para pressionar senhorios, aquilo que estiver dentro da competência, mediante as alterações que houve recentemente às leis, relacionadas com a reabilitação urbana, não pode ser mesmo esquecido, se calhar tem mesmo de ser colocado na agenda de ações da Autarquia.

----- A Senhora Deputada Municipal *Luísa Deimões* (PSD) disse:

Senhor Presidente, permita-me que renove os cumprimentos da minha anterior intervenção.

Neste dia especial, é com imensa satisfação que quero partilhar convosco o feito de 37 crianças do 1.º Ciclo das Escolas de São Pedro de Vale do Conde, Suçães, Lamas de Orelhão e Abreiro, que num concurso promovido pela FNE - Federação Nacional da Educação, subordinado ao tema: “Era uma vez o 1.º de maio”, obtiveram uma Menção Honrosa, que os levará, a convite da FNE, no próximo domingo à cidade de Viseu, para as Comemorações do 1.º de Maio,

Estão todos convidados, a FNE vai dar transporte e o almoço a estas 37 crianças.

Para estas crianças, para os seus professores e principalmente para e nomeadamente, para a professora de inglês do 3.º ano, que foi quem os motivou a concorrerem, os parabéns pelo prémio.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, *José Manuel Madureira* (CDS/PP) disse:

Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e público em geral.

Em primeiro lugar quero agradecer a presença do Vereador do CDS/PP, finalmente o CDS/PP tem um Vereador aqui presente, foi preciso o 25 de abril para o CDS/PP colocar aqui nesta assembleia um Vereador.

Quero dizer que a Freguesia de Abambres também não para, tem atividades ao longo de todo ano e sem qualquer apoio, como temos de cumprir os incumprimentos cumpridos por outros, louvo em pagar as nossa dívidas, somos mais contidos nas atividades que fazemos.

Viva o 25 de abril e viva o 29 de setembro de 2013.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho Carlos Pires (PSD) disse:

Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para os informar e convidar para a nossa VIII Feira do Vinho & Morango, que vai decorrer dia 07 e 08 de maio.

Novidades, não vai haver, eu entendo que quando as pessoas funcionam razoavelmente bem não há que “inventar”, a única mudança que vai haver é a alteração do Passeio Pedestre, que vai decorrer no domingo de manhã, tem sido sempre sábado de manhã, por sugestão da organização, aceitamos a proposta, achamos por bem alterar.

São Pedro Velho também não para, como Abambres, estamos felizes, mais uma Feira com cerca de 60 expositores, esperamos que esteja bom tempo, está tudo encaminhado para ser mais um fim-de-semana em grande.

Estão todos convidados.

----- A Senhora Deputada Municipal Alzira Ramos (PS) disse:

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Presidentes de Junta e demais elementos aqui presentes.

O que me traz aqui é que eu agora viajo muito entre São Salvador e o Cruzamento da Freixeda. Para já quero-lhe dar os parabéns, porque nestas alturas de chuva encontro muitas vezes trabalhadores da Câmara a arranjar as bermas, mas há uma coisa que eu gostaria e que provavelmente todos os municípios também, que era a marcação das guias laterais, como pode imaginar elas estão no limite da estrada, há zonas em que a estrada termina mesmo na linha e sendo uma altura de muita chuva, de nevoeiro, uma zona agrícola onde as pessoas utilizam muito os transportes, nomeadamente os tratores e carroças, muitas vezes o condutor só se apercebe de qualquer veículo mesmo em cima do perigo.

É uma estrada, que eu não tinha a noção, mas que tem muito trânsito e principalmente veículos de mercadorias. Gostaria, para bem de todos nós, que pelo menos a marcação das guias laterais fosse efetuada.

Muito obrigada.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à Deputada *Odete Ferreira*, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram a constituição das ARU's – Áreas de Reabilitação Urbanas, as Aru's pressupõem a delimitação de uma área e depois a constituição de uma ORU – Operação de Reabilitação Urbana, foi com base nessa candidatura que fizemos a candidatura ao PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que tem também uma componente que é o PARU – Plano de Ação para Regeneração Urbana.

O que acontece é que a constituição das ARU's irá permitir a constituição de um Quadro regulamentar, que terá benefícios para quem reabilita e terá penalidades para quem não reabilita, ao ponto de permitir a expropriação desses edifícios caso eles não intervenham.

Estamos neste momento a desenvolver esse processo, esperamos apresentá-lo brevemente, de qualquer forma, neste momento e no âmbito de uma candidatura que já foi aprovada, irá ser criado um instrumento financeiro de apoio à reabilitação, para que os privados possam intervir e reabilitar.

Estamos atentos, temos a identificação efetuada, acreditamos que é possível, mas é uma área bastante complicada, mas temos estado a trabalhar nela. Quando há derrubes, intervimos com a Proteção Civil, no sentido da proteção das pessoas e dos bens.

Em relação à questão levantada pela Deputada *Alzira Ramos*, tem toda a razão, existem aqui duas ou três estradas que têm de ser pintadas a curto prazo, estamos a abrir um procedimento e essa estrada será incluída nesse procedimento.

Estamos também a desenvolver uma negociação com as Infraestruturas de Portugal, no sentido de tentar classificar aquela estrada como Estrada Regional, neste momento está previsto que seja feita uma intervenção na Estrada Nacional 315, entre Mirandela e o Cruzamento de Bornes, para reabilitar aquela estrada, o que propusemos foi que essa estrada entre Mirandela e o Cruzamento da Trindade fosse classificada como Estrada Regional, para que exista um acesso direto a um nó. Para lá da marcação das guias laterais esperamos que seja possível incluir essa estrada no Plano Rodoviário Nacional.

Desejo a todos uma boa continuação de um bom 25 de abril,

2.º Período de Intervenção do Público

6 – 2.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Ponto 6, 2.º Período de Intervenção do Público.

Está algum Senhor munícipe que queira usar da palavra. Faça o favor de se identificar.

----- **A Senhora Munícipe Maria Antónia Carvalho disse:**

Boa tarde, dou os parabéns às festividades do 25 de abril, assisti de manhã e agora também aqui à tarde, gosto de vir assistir às Assembleias, mas noto um pequeno pormenor, normalmente quando os Deputados estão a intervir, os outros colegas estão a fazer muito barulho e eu como público gosto de muito de ouvir e ter atenção e acho que até por uma questão de respeito pelos colegas, deviam dar mais atenção aos Deputados que estão a intervir, às informações e às intervenções do Senhor Presidente da Mesa.

Era isto que como público gostaria de chamar a atenção e agradecer. Continuação de um bom dia e muito obrigada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Muito obrigado pela sua intervenção, que registamos e que naturalmente cairá no espírito de todos.

Muito obrigado pelo seu exemplo. Estamos no final, um resto de dia com boa disposição.

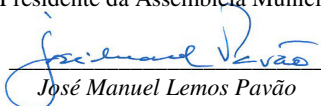
Muito obrigado pela vossa colaboração.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

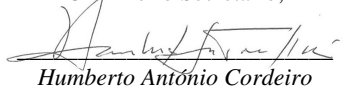
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Primeiro Secretário.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 18 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal;


José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;


Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária;


Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa